

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TEREZINHA MARIA LEITE CALDAS

GÊNERO E DIVERSIDADE: As Reitoras da UFG

Goiânia-GO

2011

TEREZINHA MARIA LEITE CALDAS

GÊNERO E DIVERSIDADE: As Reitoras da UFG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Omar Alvarez

Goiânia- GO

2011

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida inteligente.

Aos meus pais, por me ensinarem a valorizar a abstração e a reagir contra minhas circunstâncias.

Ao Professor Doutor Gabriel Omar Alvarez, meu orientador, que deu início a este interminável processo de amadurecimento acadêmico. Minha gratidão pela segurança transmitida através da forte e constante presença, cuja objetividade impediu que devaneios transcendentais inviabilizassem este trabalho.

À Professora Doutora Custódia Selma do Amaral, pela sensibilidade em discernir e se solidarizar com minhas limitações físicas e emocionais; expresso aqui minha gratidão pela interlocução perspicaz e inteligente nas observações e indicações de leituras, sem as quais este estudo não teria sido concluído.

Às amigas de todas as horas, Leida, pelo tempo dedicado nos diálogos, leituras, correções e sugestões, e Adriana, que, mesmo afastada da “vida acadêmica”, se dispôs muitas vezes a ouvir.

À Jane, minha terapeuta de longa caminhada, que contribuiu com palavras, silêncios e sorrisos, ouvinte atenta e testemunha ocular nesta inesgotável busca do conhecimento.

À minha amada mãe e às múltiplas mulheres brasileiras, nem vítimas, nem vilãs, simplesmente humanas, cujas existências diferenciadas instigaram esta reflexão.

O trabalho que se apresenta não é nem a própria experiência que vivi, nem a vida real das ex-reitoras da UFG, Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira. É uma interpretação: subjetiva, porque minha, e baseada nos nossos diálogos.

Interpretação não é leviandade. É uma responsabilidade. Perante minhas informantes, que sabem melhor que ninguém dirigir suas vidas. Perante a academia que julga a coerência interna e a plausibilidade deste trabalho.

Porém, não posso deixar de assumir que, quando falo de gênero, estou sendo política, porque em causa estão relações de poder/dominação e questões como o prazer, a liberdade, a família, a reprodução, a moral, em discussão permanente em nossa sociedade.

(Paráfrase de Miguel Vale de Almeida, 1995, p. 17-18)

RESUMO

CALDAS, Terezinha Maria Leite. **GÊNERO E DIVERSIDADE**: As reitoras da UFG. 2011. 92 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais – UFG, 2011.

Este estudo teve como objetivo conhecer a trajetória das duas mulheres que ocuparam o cargo de reitoras na Universidade Federal de Goiás desde sua fundação há cinquenta anos, com foco nos fatores impeditivos e/ou facilitadores da ascensão feminina ao cargo de maior nível hierárquico da instituição. Maria do Rosário Cassimiro foi reitora no quadriênio 1982-1985 e Milca Severino Pereira ocupou a reitoria entre os anos de 1998-2005. A pesquisa bibliográfica discute os fatores impeditivos e facilitadores da ascensão profissional feminina, a discriminação no espaço público, a importância da subjetividade nas escolhas que os indivíduos realizam, e a legitimação da primazia masculina e serviu para orientar a interpretação dos dados da pesquisa empírica. Esta foi realizada utilizando-se como instrumento entrevistas semi-estruturadas. Na exposição da pesquisa, foram dispostas em forma narrativa. O trabalho de campo apontou para uma supervalorização do trabalho remunerado, este reconhecido como o maior valor para ambas; a secundarização de todas as outras esferas da vida como relações sociais, familiares e afetivas; e a renúncia a tudo que pudesse significar impedimento ou dificultador para a ascensão profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Mulher – Gênero – Diversidade – Trabalho Feminino

ABSTRACT

CALDAS, Terezinha Maria Leite. **GENDER AND DIVERSITY: The Two Female Presidents of UFG.** 2011. 92 p. Thesis (Master in Social Anthropology) – Faculdade de Ciências Sociais – UFG, 2011.

This study aims to assess the trajectory of the two women who occupied the Presidency of the Federal University of Goiás (UFG) since its founding fifty years ago; focusing on the impediments and/or facilitating factors of the female ascension to the highest University position. Maria do Rosário Cassimiro was the UFG President from 1982 to 1985, and Milca Severino Pereira held the position between 1998 and 2005. This thesis discusses the impediments and facilitating elements of the female career advancement, the gender discrimination at the public arena, the relevancy of people's subjective choices, the legitimacy of male supremacy and served to guide the interpretation of the researched empiric data. The data was acquired through semi-structured interviews. And the thesis was written as narrative interview form. The field research pointed to an overvalue of women's paid work, which was recognized by both, being of the highest importance. Therefore, other aspects of their life such as social, emotional and family relations were lived as secondary priority as they made choices renouncing all that could be an obstacle to their professional advancement.

KEYWORDS: Women - Gender - Diversity - Working Women

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
Capítulo 1 – DISCUSSÃO TEÓRICA	14
1.1 Dificultadores e/ou Impeditivos da Ascensão Profissional Feminina .	14
1.2 O Contexto Social: “O Paradigma Brasileiro”	19
1.3 Subjetividades e Escolhas	21
1.4 A Dominação Masculina	28
1.5 A Discriminação no Espaço Organizacional	32
Capítulo 2 – NARRATIVAS	36
2.1 MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO	37
2.2 MILCA SEVERINO PEREIRA	51
Capítulo 3 – DIÁLOGOS	66
3.1 UFG – O Contexto Institucional das Ex-Reitoras	67
3.2 As Narrativas	68
3.3 “Lógica Masculina” e Espaço Público	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	89

APRESENTAÇÃO

As questões relativas à mulher sempre despertaram meu interesse desde a infância, pois era tema recorrente nas conversas da minha mãe, que costumava questionar os valores vigentes da sociedade brasileira. Educada em um sistema burguês, com valores patriarcais muito rígidos, casou-se e teve filhos, fazendo desta esfera da vida a razão da sua existência. Em contrapartida, encontrou uma maneira de protestar ao apontar para o fato de que este “modelo” era injusto e desvantajoso para a mulher. Eu fui sua “platéia preferida”.

Embora o evidente afeto entre ela e meu pai tenham marcado minha meninice, adolescência e vida adulta, também a mim ficou evidente sua insatisfação, seu sentimento de frustração, e por que não dizer sua amargura por não ter seguido a carreira de magistratura que sempre desejara. Ter que lidar desde menina com as emoções de minha mãe, sem ter maturidade ou quaisquer outras condições que me capacitassem para tal tarefa, me obrigaram a valorizar a abstração e a reflexão.

Conviver com uma mulher que se sentia fragmentada, reduzida a um estreito espaço onde nunca couberam seus outros sonhos; ver sua incapacidade de reagir contra suas circunstâncias, enclausurada em rígidos valores, incapaz de refletir, questionar e refutar; ouvir seus arrependimentos; testemunhar sua viuvez, a saída dos filhos de casa, e sua hoje solidão expressa nos nossos diálogos através de frases como “já não há porque viver. O esposo se foi, os filhos se foram, e só fiquei, sem razão para existir”, marcaram minha existência.

Assim, meu olhar foi aguçado sobre tudo o que se refere à mulher. As prescrições, exigências e restrições, assim como a maneira como a própria mulher lida com tudo isso sempre foram objeto do meu interesse. Onde estivesse o tema, lá estava eu, ouvindo, lendo, colecionando artigos, entrevistas, questionando e dialogando. Sempre questioneei esse modelo engessado e redutor de feminilidade e atribuição de papéis que não considera as especificidades próprias de cada um, independente do fato de ser homem ou mulher.

Posso também afirmar, com segurança, que meu pai, embora tivesse a mesma origem e valores burgueses da minha mãe e vivesse segundo os ditames da época, compartilhava das mesmas opiniões. Assim, ambos enfatizaram na minha formação a importância da reflexão, de ser capaz de questionar imposições, criticar o mundo em que estava inserida e fazer minhas próprias “escolhas”.

Como funcionária da Universidade Federal de Goiás, em meu espaço de trabalho no Museu Antropológico, testemunhei desde a minha chegada à Goiânia, em maio de 2007, muitas “interpretações” sobre a gestão da Professora Milca Severino Pereira, o que me intrigava e instigava simultaneamente. Assim foi que tomei conhecimento das gestões femininas na Universidade Federal de Goiás, através de conversas despretenciosas e informais com colegas, prestadores de serviços e estagiários da UFG.

Portanto, tive duas razões para a escolha do tema relacionado ao gênero feminino: o interesse em conhecer as Professoras Doutoras Maria do Rosário Cassimiro, reitora no quadriênio 1982-1985 e a primeira reitora no Brasil, e Milca Severino Pereira, reitora entre os anos de 1998-2005, pelo fato de serem as únicas mulheres reitoras da Universidade Federal de Goiás, e da UFG ser meu universo de trabalho.

Gostaria de enfatizar que não foi meu objetivo debruçar-me sobre a maneira como as Professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira escolheram administrar suas gestões enquanto administradoras ou gestoras. Este não é um trabalho de administração de empresas ou que se interesse por questões administrativas e realizações de gestão: tampouco pretendo tomá-las como representação de uma categoria. Não o realizei com o propósito de ter informações que são de domínio público, pois estas eu poderia obtê-las através de pesquisas em bibliotecas e outras fontes abertas à consulta.

Meu interesse em conhecer as ex-reitoras é decorrente do fato de serem mulheres e em número pouco expressivo no universo de ex-reitores da Universidade Federal de Goiás. Dentre as questões que me suscitaram interesse para a realização deste trabalho estão as circunstâncias que permearam suas trajetórias, os fatores impeditivos e facilitadores de sua ascensão profissional.

Inicialmente estive com servidores que trabalharam com a Professora Milca Severino Pereira. Entrevistei ex-atores, ex-chefes de gabinete, o motorista que a acompanhara por oito anos, secretárias, uma ex- pró-reitora, já com os servidores que trabalharam com a Professora Maria do Rosário Cassimiro, cuja gestão ocorrera há vinte e seis anos, tive dificuldades de estar com eles. Como não pretendia me ater às realizações de gestão ou a problemas administrativos e burocráticos, optei por arquivar as entrevistas que realizara e mantive na pesquisa apenas as duas ex-reitoras.

Dentre as razões que me levaram a tomar esta decisão estava o fato de que eu gostaria de me debruçar sobre as vidas privadas das ex-reitoras, e ninguém melhor do que elas para responder às minhas indagações. Eu poderia prescindir de outras fontes, sem prejuízo para minha pesquisa. Assim o fiz.

Esta dissertação está estruturada em três momentos ou três capítulos. O capítulo 1 traz a discussão teórica que sustenta a abordagem dos fatores que funcionam como impeditivos e/ou dificultadores para a ascensão profissional feminina, aqui denominados os valores do patriarcado, a maternidade, a conjugalidade e as responsabilidades com a organização doméstica como atribuições femininas.

Discute-se, também, a realidade da primazia masculina, a discriminação de gênero e a subjetividade do indivíduo, elementos importantes a serem considerados no que se refere a estar em determinada posição de comando nas organizações. O capítulo 2 apresenta o trabalho empírico com as ex-reitoras disposto em forma de narrativas; e o capítulo 3 traz o diálogo da pesquisadora com as narrativas e com as teorias.

Os temas abordados na discussão teórica no capítulo 1 surgiram devido à primeira questão que levantei em relação à inexpressiva presença da mulher em posições de alta hierarquia no espaço organizacional de modo geral, e na Universidade Federal de Goiás em particular, embora elas estejam presentes em cargos de menor hierarquia da Instituição. Baseada em leituras e na minha observação da vida cotidiana coloco em questão como estes valores são vistos e prescritos pela sociedade, e também vistos e incorporados pela própria mulher.

Sempre que se discutem questões relativas à mulher, é inevitável falar sobre as contribuições do movimento feminista, razão pela qual escolhi trazer de modo breve

algumas teorias que emergiram simultaneamente à maior participação feminina no mercado de trabalho. Tais teorias realizaram importantes reflexões, contribuíram para a abertura de um diálogo que permitiu questionar a cegueira paradigmática de pressupostos universalistas sobre a mulher, e quebraram o silêncio sobre a existência da legitimação e primazia masculina.

Presente na discussão teórica se encontra o que dizem os estudos antropológicos sobre as escolhas e contradições que os indivíduos experimentam em suas vidas, e como lidam com crenças desencontradas e regras estabelecidas. Considero relevante abordar a histórica exclusão feminina da vida pública no contexto social brasileiro, como também discutir a importância da subjetividade, pois esta estabelece o modo de ser e estar no mundo, determina escolhas, é onde estão presentes os afetos, os medos, a consciência, a reflexividade, a capacidade de reagir contra circunstâncias, e pode determinar o estar ou não em determinada posição de comando.

Ao pontuar também a dominação masculina sob enfoques diferentes e para onde ela aponta, ou, visto de outro modo, para onde aponta a inexpressiva participação feminina na reitoria da Universidade Federal de Goiás, pretendo chamar a atenção para o fato de que a existência desta supremacia é enfaticamente reconhecida pela teoria e em trabalhos empíricos, ora ancorados em supostos essencialistas, ora em supostos patriarcais, e ora assumem caráter de sagrado.

Assim, a dominação e preeminência masculinas são legitimadas, institucionalizadas, se expressam histórica, política, social e culturalmente, e parecem justificar uma presença mais significativa e expressiva de homens em cargos de mais alta hierarquia nas organizações e no espaço público de modo geral.

A soma de tudo delinea um desequilíbrio, uma supervalorização do masculino, sempre imbricada a figura de força do homem com o poder, e essa supervalorização acarreta uma supernegação do feminino e de tudo o que diz respeito a ele.

Outra questão abordada na discussão teórica é a presença ostensiva da misoginia na cultura organizacional brasileira, vez que práticas refratárias à presença feminina em cargos de maior hierarquia podem funcionar como inibidoras da ascensão profissional feminina.

Na segunda parte da dissertação denominada Narrativas estão presentes as entrevistas com as Professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira. A pesquisa empírica segue referencial teórico que privilegia a intersubjetividade (Crapanzano, 1991) e a concepção interacionista de linguagem (Bakhtin, 1995). No que se refere ao que foi dito nas entrevistas, enquanto pesquisadora reconheço que falar sobre a própria existência pode ser uma apresentação de si, contudo aceitei “o postulado da existência contada.” (LEJEUNE, 2008, p. 75).

As entrevistas estão dispostas em forma narrativa. Foram semi-estruturadas, com questões relativas às suas relações familiares e afetivas, as escolhas profissionais, a maternidade, o prazer, a liberdade, suas percepções sobre o poder simbólico masculino presente na instituição, se sofreram discriminação de gênero ao exercerem seus mandatos, e se o fato de serem mulheres funcionou em algum momento como obstáculo para demandarem acordos, negociarem, e tomarem decisões.

Estiveram presentes assuntos como o significado do trabalho, o exercício do poder, como este afetou suas subjetividades, os problemas atinentes à gestão, os valores que permearam suas trajetórias profissionais, o estresse, os desgastes, frustrações e inseguranças decorrentes da posição que ocupavam, como isto as afetavam e as suas relações, como avaliam os resultados da sua atuação enquanto reitoras, a aceitação da comunidade interna e externa, o fim do mandato em relação à satisfação pessoal, avaliação do resultado da atuação, a maior conquista da gestão.

Minhas indagações iniciais ao começar a delinear este trabalho basearam-se em questões tais como: Quem são essas mulheres? Como viveram e vivem suas existências? O que pensam sobre o trabalho remunerado? Qual o significado que atribuem a ele? Quais são seus valores? E a visão de mundo, é holística ou fragmentada? Lidaram com discriminação de gênero? Se sim, como o fizeram? O que pensam sobre família, lazer, prazer? Como lidaram com suas próprias sexualidades e relacionamentos sociais e afetivos? Foram ou não satisfeitos? Como exerceram sua intelectualidade e afetividade? Plenamente? Fragmentadamente? Aleatoriamente? Holisticamente? Caoticamente?

Na condução da pesquisa outras questões foram se apresentando: privilegiaram uma ou outra esfera da vida, em detrimento das demais? Reconhecem que se

curvaram às pressões e coerções sociais por serem mulheres? Sim ou não? Adotaram comportamento adaptativo por interesses políticos, financeiros e ideológicos? Se sim, elas têm consciência de que “escolhas” podem ser coercitivas? Refletem sobre isso? A lida com o estresse foi um fardo ou “um prazer”? E a presença do poder simbólico masculino era instigante ou intimidante? Como se sentem em relação à sua satisfação pessoal? Em que ambiente tiveram suas subjetividades formatadas e identidades construídas? O exercício do poder mudou sua visão de mundo? A experiência foi válida?

Responder a estas questões foi um esforço compartilhado pelas entrevistadas e entrevistadora. As respostas resultaram como efeitos de sentido propiciados pela relação entre as interlocutoras na situação dada, a saber, uma situação de pesquisa acadêmica.

A escolha dos locais dos encontros recaiu sobre as casas onde as ex-reitoras residem, porque meu interesse era “olhar o que não está disposto para ser olhado”, “ouvir o que não se diz publicamente”, isto é, não era interesse desta pesquisa ouvir o que se diz para constar em anais, relatórios de gestão, jornais, até porque realizações de gestões são sempre documentadas e publicadas com eficiência pelas assessorias de imprensa, em particular, e pela mídia, de modo geral. Daí a razão pela qual não atribuo significado às informações, realizações de gestão.

Para produzir uma dissertação de Antropologia Social, julguei que o dado mais relevante a ser buscado junto às minhas interlocutoras devesse ser a vida privada, na forma como ela se expressa, se manifesta, se constitui em subjetividade, e que, como tal, adere ou resiste – ou adere resistindo ou resiste aderindo – às contingências favoráveis e/ou desfavoráveis à realização das potencialidades do humano mulher.

Contraditoriamente, busquei nos elementos da “vida privada” dessas “mulheres públicas” o que poderia revelar, de suas subjetividades, o que se ocultou, retraiu, ou manifestou quando se colocaram no “espaço público”.

Entretanto, ressalvo que esta abordagem que revela parte das vidas privadas das ex-reitoras não é “uma fofoca estéril”, uma “bisbilhotice” inútil, vã e fútil, porém decorre da relevância das contingências que as cercaram, do ambiente em que se

moveram, dos valores que as construíram, como e porque fizeram determinadas escolhas.

Trazer à luz assuntos que podem ser considerados “incômodos” ou “desimportantes”, e não suprimir a personalidade, a emoção, a mágoa, o riso, o choro, alegrias, tristezas, arrependimentos é uma escolha proposital, consciente e lúcida porque, como diz Almeida (1995, p. 17-18): “quando se fala de gênero, se está a ser político, porque em causa estão relações de poder/dominação e questões como o prazer, a liberdade, a família, a reprodução, a moral, em discussão permanente em nossa sociedade”.

O capítulo 3 denominei Diálogos. Aqui me detenho sobre o ônus da autoria, o encontro no campo, o significado que lhe atribuí, minhas razões para a escolha dos locais de tais encontros, o que eu desejava saber e por que saber, o que estava para ser olhado, o que me interessou olhar, que reflexões, discussões, indagações e interjeições as trajetórias das ex-reitoras suscitaram em mim, o que diz a teoria, o que disseram as ex-reitoras e como interpretei o que me foi dito.

Capítulo 1 – DISCUSSÃO TEÓRICA

Alguns fatores podem funcionar como impeditivos e/ou dificultadores para a ascensão profissional feminina. Dentre tais fatores se encontra o legado do sistema patriarcal burguês, que, embora questionado e refutado, ainda se expressa no modo como homens e mulheres organizam suas práticas cotidianas.

Ainda que a retórica utilizada nas discussões acadêmicas e parte da mídia tentem apontar uma “mudança” nas relações sociais e afetivas entre homens e mulheres, os valores de tal sistema sustentam a chancela da sociedade em torno de ideais como a maternidade como valor maior, as exigências decorrentes da conjugalidade, e as responsabilidades com a organização doméstica como atribuições femininas.

A legitimação da primazia masculina, a realidade da discriminação de gênero no espaço público e a importância da subjetividade da mulher são também elementos importantes a serem considerados no que se refere a estar ou não em determinada posição de comando.

1.1 Dificultadores e/ou Impeditivos da Ascensão Profissional Feminina

A participação feminina já ocorre no sistema produtivo em diversos âmbitos, contudo é importante ressaltar que, no Brasil, a presença feminina no mercado de trabalho é caracterizada por situações de desigualdade entre os sexos. Embora se possam encontrar na Academia mulheres competentes em funções diferenciadas e que atendem às exigências de titulação necessárias, quando se trata da ocupação de cargos de maior expressão política e que, pela especificidade do próprio cargo, exige

dos indivíduos que o ocupam uma participação maior e mais expressiva em processos decisórios, não as encontramos no exercício de tais cargos.

Fato inconteste na ampla literatura e nos trabalhos empíricos é que o estado conjugal, o cuidado com os filhos e a organização doméstica como atribuições de responsabilidade feminina intervêm na ascensão profissional da mulher, e impede uma participação feminina sociopolítica mais expressiva no sistema produtivo, nas organizações e no espaço público.

A histórica exclusão feminina da vida pública no contexto social brasileiro permite vislumbrar como os valores e crenças influenciam e moldam comportamentos de homens e mulheres. Estes encontram eco na maneira como se explicam as diferenças sexuais, associados aos valores culturais sustentados pelo patriarcado, o que acaba por ser expresso nas organizações, de modo geral, e da Universidade Federal de Goiás, em particular.

Assim, a inexpressiva participação feminina pode ser percebida em todos os âmbitos da vida pública. No Brasil, um elemento facilitador para a mulher conciliar suas atividades profissionais e familiares é a presença da empregada doméstica, importante suporte logístico às mulheres da classe média brasileira, como menciona Puppim (2001, p. 166-167):

As especificidades sociais brasileiras sugerem a facilitação das possibilidades de conciliação entre vida profissional e vida familiar para as camadas médias: a empregada doméstica atenua a jornada de trabalho da mulher das camadas médias – todas as nossas entrevistadas contavam com esse recurso – além de a maioria dispor do apoio da família extensa, no cuidado com os filhos, por exemplo. Isto deve ser entendido como um traço cultural específico da sociedade brasileira, que valoriza relações familiares prolongadas, por um lado, e não atribui valor ao trabalho doméstico, por outro lado, contribuindo para que outras pessoas entrem nessas relações de trabalho e de sociabilidade familiar.

O contraste com o universo europeu inglês e holandês nos é traçado por uma mulher transferida internacionalmente que levanta a

contingência das interrupções da carreira feminina como fator de bloqueio para a ascensão.

Este aspecto da sociedade brasileira não ocorre na sociedade europeia. Desse modo, a mulher brasileira não teria os mesmos impeditivos que a mulher europeia tem para ascensão na carreira. Porém, Puppim (2001) ressalva que, apesar de a mulher brasileira da classe média contar com os serviços da empregada doméstica, ela não conta com o apoio dos homens, que ainda assumem pouco os trabalhos domésticos.

Assinala a autora, também, que o sistema educacional brasileiro não inclui funções que não sejam as relativas à instrução, e pontua como fator negativo e que inibe a adesão às escolas de tempo integral a crença de parte da sociedade brasileira de que “escolas de tempo integral estão próximas no imaginário das camadas médias brasileiras, dos internatos – os quais possuem em relação às crianças e jovens a mesma conotação que os asilos para os idosos”. (2001, p. 168).

Assim, a profissional brasileira conta com o apoio logístico da empregada doméstica, porém, diferentemente da profissional europeia e americana, tem opção limitada no que se refere à escola de tempo integral, que também funciona como elemento facilitador da ascensão profissional.

Sole y Parella (2004) destacam outro fator que também interfere na ascensão profissional feminina: a relação da mulher com a maternidade. Muitas mulheres atualmente administram com maior autonomia sua capacidade reprodutiva, priorizam sua empregabilidade, atribuem valor ao preparo cultural e estabilidade financeira. Assim, optam pela maternidade tardia por não considerá-la como único projeto de vida. Porém, na prática, o mito da maternidade em tempo intensivo ou integral permanece arraigado no imaginário coletivo das mulheres, e serve de impeditivo para ascensão na carreira, e também como fonte de culpa, gerador de conflitos e patologias.

O problema vivenciado não é a maternidade, mas o fato de que internalizaram a ideologia da maternidade intensiva como valor, que é uma construção social e cultural imaginada, idealizada e ancorada nas relações de poder patriarcais. Estas relações funcionam como instrumento de pressão social, ao desconsiderarem os interesses

próprios das mulheres, atribuindo-lhes a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos e pela organização doméstica.

Esta ideologia exalta a renúncia feminina como virtude. Ideologicamente, para ser uma boa mãe está prescrito que ela não pode ter outros interesses em que encontre satisfação, e, se isto ocorre, então ela não é uma boa mãe. No bojo desta ideologia, estão implícitos valores que ditam normas que estabelecem que a mulher tem sempre que renunciar a algo. Caso ela opte por uma carreira, não pode e não deve almejar ter filhos; caso queira viver a maternidade e o casamento, deve ater-se aos cuidados com os filhos e satisfação dos interesses do cônjuge ou companheiro.

Esta figura feminina imaginada e mítica é um construto social pouco refletido e/ou questionado, internalizado por homens e mulheres. Esta ideia, geradora de conflitos e desentendimentos, não considera que a relação afetiva é um projeto mútuo e que irá exigir de ambos os parceiros flexibilidade em um ou outro momento da vida.

Sole y Parella (2004) identificaram a existência do mito da “boa” e da “má” mãe em trabalho de campo com jovens mulheres espanholas. Este mito concebe a “boa mãe” como aquela que experimenta a maternidade sem esforço, como um prazer e não um dever, e não tem outros interesses que não sejam os filhos e o zelo pelo seu “bem estar”. Em contrapartida, a “má mãe” é aquela que tem outros interesses que não apenas a maternidade. Rotulada como narcísica e desinteressada das necessidades dos filhos, a “má mãe”, por não se dedicar integralmente aos filhos, não tomará consciência dos transtornos psicológicos que estes sofrerão decorrentes do seu “narcisismo”.

Para as autoras, este tipo de abordagem põe de lado a responsabilidade paterna no cuidado e atenção com os filhos em contextos familiares e sustenta que a maternidade implica renúncia a aspirações concorrentes com a maternidade, como a carreira profissional ou qualquer outra atividade que distancia temporal e espacialmente a mãe dos filhos.

[...] desde esta perspectiva, no es tanto la maternidade el problema, sino que la fuente principal de opresión y desigualdad es la responsabilidad exclusiva de las mujeres em relación al cuidado de los hijos y la esfera doméstica. Em otras palabras, el discurso feminista separa la dimensión

biológica de la maternidad de la social e intenta combatir la construcción social de la maternidad que se há llevado a cabo desde el patriarcado. (SOLE y PARELLA, 2004, p. 75-76).

A responsabilidade de administrar a coexistência de “papéis”-mãe/esposa/profissional - e elaborar a culpa que é reforçada por uma estrutura que aponta para a hegemonia masculina é um problema feminino, visto que o homem não sofre as mesmas exigências e pressões sociais. O trabalho remunerado feminino aparece como uma concessão feita pelo homem; e a intolerância, ausência de mutualidade e exigência de disponibilidade, em alguns casos, são a causa declarada de separações. As falas das entrevistadas de Puppín sustentam tal afirmação:

1) “A coisa mais complicada de lidar nesse processo é com esse sentimento de culpa que acho que toda mulher que trabalha tem [...] porque a gente sente que não está fazendo tudo o que poderia estar fazendo pelos filhos, nem pelo trabalho, nem pelo marido. Então, aquele jogo de tentar conciliar as coisas sem nunca conseguir, pois é lógico que é impossível [...] impossível satisfazer todo mundo!” (PUPPIN, 2001, p. 165).

2) “Quando disse a meu [primeiro] marido que estava grávida, a primeira frase dele foi: ‘Bom, que fique muito claro que eu não vou mudar a minha vida por causa de filho’ [...] e dali para frente realmente ele não mudou a vida dele [...] ele nunca deixou de fazer as viagens porque criança estava doente etc.; naturalmente isso foi muito difícil porque eu também tinha um cargo importante e isso nunca foi reconhecido dentro de casa [...]”. (PUPPIN, 2001, p.165).

É possível observar tanto na literatura que descreve os trabalhos de campo, como também no cotidiano, que, embora muitas mudanças tenham ocorrido nos últimos anos com a participação maior da mulher no mercado de trabalho, os indivíduos

escolhem uma norma tradicional ou outra nova norma para nortear suas vidas de acordo com a especificidade de cada situação e suas próprias conveniências.

A mulher, ao adotar nova norma para sua vida, como por exemplo, não renunciar a uma carreira e nem fazer da maternidade seu único projeto de vida, ainda, assim, na prática vive suas relações familiares, afetivas e de maternidade sob o domínio da norma tradicional.

Do mesmo modo, o homem acolhe a contribuição financeira da mulher e divide sem problema algum as responsabilidades com os compromissos financeiros, o que seria impensável pela norma tradicional, que atribui ao homem a responsabilidade de prover, e adota com isso nova norma de conduta. Contudo, quando lhe convém, opta pela norma tradicional que impõe a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos e organização doméstica à mulher.

Assim, a mulher que se resigna a ser apenas esposa e mãe abdica de ter autonomia econômica e satisfação profissional. Já aquela que deseja a satisfação plena como indivíduo e sujeito da sua própria história, e opta por viver sua maternidade segundo os limites que seu desejo de realização como indivíduo permite – isto é, opta por viver o que é realizável, possível e humano, e não como prescreve o mito da maternidade intensiva que é fantasioso, e por ser imaginado como ideal é falacioso e irrealizável – tem que lidar com interesses conflitantes, geradores de desgaste, stress, e que podem ser determinantes na posição hierárquica que ocupa nas organizações. Desse modo, a mulher que questiona e que se propõe a reinventar a própria história convive diariamente com enfrentamentos, alguns já aqui discutidos.

1.2 O Contexto Social – “O Paradigma Brasileiro”

Freyre (1998) contribui para a compreensão do contexto social brasileiro no que se refere às práticas que ordenaram as relações sociais na sociedade brasileira em determinado período. O sistema patriarcal brasileiro era inimigo da rua, sempre que se tratasse do contato da mulher branca com o estranho. Esta influência foi decisiva sobre

a família patriarcal no Brasil. A família a qual Freyre se refere era constituída pela mulher branca, o esposo e filhos.

A mulher convivia no interior da casa com as escravas domésticas, com as quais tinha liberdade para conversar, porém não podia sair sozinha de casa, pois, se assim procedesse, ficava suspeita de “*mulher pública*”. O sistema patriarcal procurava a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores, e à mulher era imposto o isolamento e o ocupar-se com a organização dos trabalhos domésticos.

DaMatta (1997) postula que, para a sociedade brasileira, existe uma perspectiva diferente para o significado de casa e rua, que são esferas de significação social e que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. Casa e rua são esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normatizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias.

O autor enfatiza que, no Brasil, o código da casa demarca um espaço que é dominado por um grupo social, a família; e este espaço é de repouso, recuperação, hospitalidade. A casa é concebida como um espaço onde as disputas devem ser evitadas. Por outro lado, o código da rua está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, é impessoal, lugar onde vivem malandros e meliantes. Tudo isto revela como o espaço público é “perigoso”, e como tudo que representa é, em princípio, negativo, porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei, que, igualando, subordina e explora.

Estes códigos de casa e rua correspondem a papéis sociais, ideologias, valores, ações e objetos específicos. No Brasil, historicamente, o mundo diário pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares, mas os *ritos políticos do poder* ressaltam apenas os homens.

O espaço da casa, com todos os seus símbolos e significados, esteve sempre reservado à mulher, espaço reservado ao privado, à família, onde a prole e a ordem do lar estiveram sob a responsabilidade feminina; enquanto o espaço da rua e tudo que se refere a ela, às decisões políticas, ao trabalho, ao acesso ao ensino, foram reservados ao homem durante décadas sucessivas.

Freyre (1998) e DaMatta (1997) me permitem, embora de maneira limitada, vislumbrar as limitações impostas à mulher no Brasil, guardadas as devidas precauções

que devo tomar, quais sejam as de considerar que escrevem sobre uma determinada época e em contextos diferentes. Depreendo das contribuições de ambos que a mulher branca da classe média no Brasil, durante décadas, manteve-se na reclusão do lar, ocupada com os filhos e em dar apoio logístico ao esposo.

Assim, o que importa assinalar é que a delimitação de espaço e estreitos limites impostos à mulher, ou a subordinação feminina, ou ainda, a valorização do pólo masculino no espaço público, são admitidos e estão presentes nas reflexões dos autores, que as compreendem e as abordam de maneira diversa, mas não negam suas existências.

Pode-se constatar que a preeminência masculina no Brasil foi perpetuada através de crenças e valores que se expressam em todas as esferas da vida. Embora se possam pontuar importantes conquistas alcançadas pelas mulheres no âmbito público, é fato que parte dos indivíduos que compõe a sociedade brasileira teve suas subjetividades moldadas no contexto histórico, social e cultural estudado por Freyre e DaMatta. Isto determina não apenas escolhas e modos de ser e estar numa posição de comando, mas também a maneira como se “enxerga o lugar que uma mulher deve ocupar” nos espaços público e privado.

1.3 Subjetividade e Escolhas

Os estudos que se propõem a estudar o sujeito abordam a questão da subjetividade do indivíduo sob diferentes perspectivas. Alguns enxergam que o que se coloca como homem no sentido universal é, literalmente, homem no sentido de gênero; outros entendem que este é um projeto ocidental de dominação de homens brancos colonialistas.

Bourdieu (1989) enfatiza que o sujeito internaliza estruturas do mundo externo que forma um sistema de disposições e acaba por inclinar os atores a agir e pensar de acordo com essas estruturas. Porém Giddens (1979) defende que os sujeitos são

capazes de agir a favor e contra as estruturas que os formaram, sendo sempre, ou, pelo menos parcialmente, concededores da existência destas.

A este respeito, Ortner (2007) assinala que estes estudos minimizam a importância da subjetividade e oferecem uma visão redutora, porque não consideram que o sujeito é existencialmente complexo: pensa, reflete, age, busca e atribui significado. A autora compreende a subjetividade como a soma das ansiedades existenciais fundamentais e também como construções culturais e sociais. Embora existam muitos trabalhos que abordem a subjetividade como uma área relativamente neutra, a autora enxerga uma ligação próxima entre subjetividade e poder.

Por subjetividade, a autora se refere “[...] ao conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e, assim por diante, que animam os sujeitos atuantes. [...] às formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.” (ORTNER, 2007, p. 376). E relativamente ao poder, afirma que “[...] pode-se reconhecer uma formação cultural como um corpo de símbolos, significados, ethos e visão de mundo relativamente coerente e, ao mesmo tempo, entender tais significados como ideológicos e/ou como parte das forças e processos de dominação.” (ORTNER, 2007, p. 383).

Ortner (2007) assinala que as formações culturais, parcialmente, expressam, modelam e constituem os estados mentais das pessoas no mundo real. Ressalva a importância de discernir a subjetividade nas suas relações com as formas sutis de poder na vida diária, através de experiências de tempo, espaço e trabalho, uma vez que estas são modeladas por uma formação cultural inserida em um mundo de relações de poder amplamente desiguais.

Foucault (1985; 2004) também atribui relevância a estes elementos que contribuem para modelar a subjetividade, quando afirma que há nas instituições, na família, no trabalho, na escola, na igreja, em toda esfera da vida humana, relações de poder entre indivíduos, e nessas relações são ditas quais práticas são legítimas ou não. Esse poder modela subjetividades, produz realidades, tem positividade, organiza as coisas e, inevitavelmente, é também um poder hierárquico. O autor aponta a importância das formações culturais e sociais como modeladoras de subjetividades.

Ao estudar a subjetividade, deve-se considerar a complexidade deste conjunto de elementos que a compõe. Refletir sobre a complexidade das subjetividades pessoais dentro de tal mundo envolve o entendimento não apenas das formações políticas, econômicas e sociais, mas de uma cultura que produz subjetividades.

Neste sentido, conclui-se que a subjetividade é relevante para a vida social, e pode estabelecer uma maneira de ver, ser e estar no mundo, juntamente com outros fatores a serem considerados no que se refere à posição da mulher em postos de comando nas organizações.

A participação maior da mulher no mercado de trabalho contou com a contribuição e as reflexões do movimento feminista, que se propôs a construir discussões importantes sobre a subordinação feminina, diferenças sexuais, a maternidade, a conjugalidade, razão pela qual é importante refletir sobre o feminismo enquanto movimento ideológico. A busca pela individualização feminina é exemplo de prática e ideologia de um universo individualista que valoriza a experiência individual.

Como se lê no conjunto dos trabalhos realizados neste campo, alguns defendem que a opressão se origina no fato de a mulher reproduzir a vida (BEAUVOIR E FIRESTONE 1976; ROSALDO E ATKINSON 1975 apud FRANCHETTO; CAVALCANTI e HEILBORN,1980). Há ainda os que apontam que os limites impostos à função feminina é que impedem a mulher de realizar-se como indivíduo, e a realização desta está no livre domínio da sua força de trabalho (REED, 1973 apud FRANCHETTO; CAVALCANTI e HEILBORN,1980). Alguns teóricos compreendem que a maneira como as relações de gênero são organizadas atribuindo poder e prestígio ao homem no estabelecimento de vínculos sociais é que produz a subordinação feminina (RUBIN, 1975; ROSALDO, 1995; SCOTT, 1995; SOUZA, 2010).

O reconhecimento de que existe uma singularidade no fato de ser mulher e a reflexão sobre essa diversidade/singularidade implicam, para a produção teórica, na importância de voltar-se para outras sociedades e culturas que tenham sistemas de valores diferentes do lugar onde nasceu o movimento feminista. A antropologia deve considerar as contribuições da produção etnológica para a comparação na questão feminina, ainda que estas inquietações e problemáticas sejam próprias das sociedades ocidentais contemporâneas. (HEILBORN, 1992).

Franchetto; Cavalcanti e Heilborn (1980) afirmam que não existe a mulher enquanto gênero universal, mas sim uma pluralidade de mulheres, que existe nas diferenças sociais e culturais que as constituem. A matriz individualista, e que não relativiza, conduz à universalização de uma humanidade feminina indiferenciada. Enquanto ideologia e ação política, o feminismo é específico mesmo em sua relação com estrutura de classe, mas a natureza da intervenção que ele propõe e realiza garante espaços sociais para a atuação das mulheres, sejam elas feministas ou não.

As autoras se apoiam em estudos de Beauvoir; Firestone (1976), Rosaldo; Atkinson (1975) e Reed (1973) para refletirem sobre a diferença existente entre homens e mulheres. Tais estudos postulam que a opressão feminina se origina no fato de a mulher reproduzir a vida, o que a coloca em uma posição de vulnerabilidade. A maternidade é vista como um fardo. A atividade masculina criou valores, constituiu a própria existência como valor, subjugou a natureza e a mulher. As distinções hierarquizadas entre o masculino e o feminino podem ser encontradas em grande parte das sociedades tribais. Entre os Ilongot das Filipinas, dar a vida através do parto é definido como uma função natural do corpo da mulher, sua marca biológica. O homem tira a vida, através da caça e da guerra. Assim, dar a vida e tirar a vida aparecem como incompatíveis e culturalmente hierarquizados.

Em Reed (1973), as autoras se apóiam para apontar que a família nuclear burguesa determina estreitos limites à função feminina, impedindo-a de realizar-se como indivíduo, o que só pode ocorrer na produção e no mercado de trabalhadores livres. Assim, homens e mulheres serão realizados, quando dispuserem do livre domínio sobre sua força de trabalho.

O subalterno é produzido na diferença e nas relações. Existe um silêncio do subalterno na narrativa histórica, sua fala não tem *status* dialógico, segundo Spivak (2003). A essencialização de categorias e de grupos subalternos e oprimidos, como o das mulheres, e que presume uma identidade única do sujeito como categoria monolítica, devem ser desconstruídos, no que concordam Suarez (1992) e Spivack (2003).

A subordinação feminina pode ser explicada como produto das relações pelas quais os sistemas de sexo e gênero são produzidos e organizados, cabendo aos

homens o poder e o prestígio do estabelecimento do vínculo social. A generalidade evidente de um princípio de relação assimétrica entre homem e mulher, hierarquicamente valorizada no pólo masculino, é apontada por Rubin (1975), Rosaldo (1995), Scott (1995) e Souza (2010).

Os trabalhos apresentam um eixo comum que se sobrepõe às suas diferenças. A convergência reside na eleição de um problema construído em termos da opressão da mulher. O primeiro pressuposto diz respeito a uma identificação de uma igualdade substancial de todas as mulheres originária da biologia, e da sua opressão ou discriminação por parte do mundo masculino. O segundo pressuposto é o reconhecimento de uma desigualdade entre homens e mulheres relativa aos direitos que asseguraram a participação na sociedade, na política, e no poder (FRANCHETTO; CAVALCANTI e HEILBORN, 1980; SPIVACK, 2003; RUBIN, 1993).

A proposição “opressão da mulher” exige que se reflita que direitos, poder, igualdade, consciência não são conceitos, mas sim valores erigidos pela ideologia do individualismo. A declaração dos direitos do homem que postula a liberdade, o respeito e a igualdade de direitos foi um dos eventos que consolidou esta ideologia que defende a prevalência do indivíduo ou de seus interesses sobre o social, e tem significado no interior da sociedade ocidental que a produziu. É produto de um sistema histórico preciso e apresenta o indivíduo como valor, enquanto sujeito moral. (DUMONT, 1985; BRUNNER, 1983; FRANCHETTO; CAVALCANTI e HEILBORN, 1980; HEILBORN, 1992).

O feminismo, enquanto desdobramento do individualismo, reivindica para as mulheres um espaço exclusivo da atuação política, postulando que, na história da humanidade, as mulheres tenham sempre sido submetidas a uma ordem predominantemente masculina, e questiona a imposição de um determinado papel social.

O movimento reivindica um entendimento da cidadania feminina igual à masculina; e a luta política das mulheres elege o indicador “direitos” como aquele através do qual se pode mensurar a igualdade entre os sexos, que se desdobra indefinidamente na argumentação de igualdade no trabalho e igualdade jurídica.

Essa individualização da mulher é similar à do sexo masculino, pois o homem, enquanto gênero, por ter sua identidade referida ao domínio do trabalho, da política, e

do público, individualizou-se primeiro. E a postulação da mulher enquanto indivíduo questiona a alocação exclusiva no domínio privado e o fundamento dos papéis sexuais. (FRANCHETTO; CAVALCANTI e HEIBORN, 1980).

Yannoulas (1994) contribui para a discussão no debate sobre as diferenças sexuais. Segundo a autora, este debate desenvolveu-se entre o tipo interpretativo essencialista, que postulava que a diferença sexual está inscrita na natureza dos seres humanos, concepções estas que nasceram em áreas como a biologia e a psicologia; o tipo interpretativo racionalista e o tipo interpretativo pluralista.

O tipo interpretativo essencialista permite evitar o risco de uma assimilação simplista das mulheres à sociedade masculinizada; porém, é preciso apontar para o fato de que foi o discurso essencialista que justificou as discriminações sexuais tradicionais. Afirmarões essencialistas que psicologizam ou biologizam com a pretensão de definir essências são questionáveis, dado que realizam afirmações universalistas e estabelecem normas que engessam a feminilidade em modelos estruturados.

Já para o tipo interpretativo racionalista, teoricamente, é possível eliminar todas as diferenças sexuais através da eliminação da dominação patriarcal. Sob esta perspectiva, os seres humanos são essencialmente iguais e as diferenças sexuais advém da socialização e da cultura.

Esta interpretação defende que o fim da dominação patriarcal e da discriminação sexual eliminaria as diferenças sexuais. Logo, tudo o que supunha algum tipo de diferença era rejeitado por ser considerado da ordem patriarcal. A superação da ordem e das leis patriarcais é identificada como a superação da discriminação sexual, da dominação patriarcal e de todo e qualquer tipo de diferença sexual. O feminismo entendia que, negadas as diferenças, os problemas da desigualdade estariam resolvidos.

O terceiro tipo interpretativo, denominado pluralista, afirma não ser possível resolver teoricamente a questão das diferenças sexuais. Esta interpretação destaca a necessidade de se estabelecerem a igualdade de direitos e o direito às diferenças, e defende que a luta feminista localiza-se no campo ético-político e não no campo teórico.

A proposta do discurso pluralista, segundo Yannoulas (1994), é pensar nas diferenças entre o sujeito-mulher e a sua condição de mulher; entre as mulheres; e

entre as mulheres e o mundo do sexualmente misto. Um sujeito-mulher não se reduz à sua feminilidade/sexualidade, mas é um sujeito heterogêneo. Esta perspectiva postula que a transformação da relação entre os dois sexos depende do diálogo e de um espaço compartilhado por homens e mulheres. A questão sexual, pois, não se encontra no plano do saber, mas sim no plano ético-político.

O movimento feminista aprendeu que a diferença deve ser pensada de maneira positiva, e que essa diferença instaura-se não só entre as mulheres e o mundo, mas também entre as próprias mulheres e entre o sujeito-mulher e a condição de mulher. As feministas essencialistas afirmam o sujeito-mulher; as racionalistas, o sujeito-humano; os filósofos modernos anunciam que o sujeito está morto.

Isto posto, Yannoulas (1994) identifica uma diferença entre “sujeito de direitos”, o indivíduo enquanto sujeito político e o sujeito ontologicamente considerado. Destacar que a luta contra a sujeição é uma coisa e que a luta contra o mito do sujeito é outra coisa torna-se de fundamental importância para a compreensão de que a diferença pode ser observada quando ocorre o diálogo, onde o ego foge da igualdade como consenso e homogeneidade, uma vez que o diálogo pressupõe a existência de um Outro diferente, independentemente do ser-homem ou ser-mulher.

Outro ponto importante para a reflexão é que o diálogo pressupõe uma relação entre sujeitos com iguais direitos à palavra, o que permite refutar a objetivização e a coisificação. Sob este ponto de vista, a diferença sexual é um jogo ético-político presente em toda relação entre homens e mulheres; aparece na prática do diálogo no espaço público, social ou privado, e não pode ser resolvida teoricamente, pois esta não é uma questão teórica, mas uma questão da práxis.

Para a autora, o feminismo pluralista procura pensar alternativas para as questões colocadas pelo essencialismo, o racionalismo e a modernidade, a partir do próprio sujeito moderno, mediante um diálogo contínuo que incorpora a igualdade e as diferenças sem negá-las e valoriza o diálogo e a pluralidade como indispensáveis para a reflexão.

1.4 A Dominação Masculina

Os valores, os comportamentos, os símbolos, a crença social de uma suposta superioridade masculina influenciam as posições que os indivíduos ocupam? Os símbolos de gênero, ao serem acionados nas mentes que pensam como inquestionável, “natural” e até mesmo como “responsabilidade e primazia masculinas” ocupar cargos de maior poder e expressão social e política, acabam por construir determinadas configurações nos quadros funcionais da Universidade? Mentalidades, pensamentos e comportamentos podem moldar as posturas que enxergam nas diferenças sexuais dos indivíduos competências e incompetências? Como as restrições sutis à participação feminina, e talvez nem tão sutis assim, se expressam nos processos políticos e na ocupação dos cargos? É possível discernir a misoginia nos comportamentos? Ela existe? É consciente? Está implícita ou explícita?

A aceitação relativa das mulheres no espaço organizacional, as prescrições e restrições relativas à participação feminina estão subjacentes e implícitas no cotidiano dos indivíduos, e expõem a existência de uma configuração valorizada no pólo masculino, o que me leva a refletir que as relações políticas e sociais adquirem significado para os indivíduos somente através das interações de que participam.

Foucault (1985; 2004) e Brunner (1983) discutem a questão do poder e permitem afirmar que não se pode refletir sobre o poder sem mencionar homens, mulheres e relações sociais. Isto porque o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, mas nas relações cotidianas que se produzem. É uma relação de forças que está em todas as partes. Um indivíduo está atravessado por relações de poder e não pode ser considerado independente delas. O poder não é fechado, estabelece relações múltiplas, caracterizando e constituindo o corpo social, modelando subjetividades; e, para disseminar suas idéias, necessita de um discurso sólido e convincente.

Isto posto, pode-se afirmar que o discurso sobre a dominação masculina existe, está explícito nas relações existentes entre homens e mulheres que divulgam a idéia de uma preeminência masculina, como também é estudado e admitido por pesquisadores

e teóricos de áreas diversas. Esta valorização da masculinidade se reflete em todas as esferas da vida humana, inclusive nas organizações.

Suarez (1992) compreende que a existência da dominação masculina está ancorada em pilares diferenciados, mas acaba por alcançar um objetivo único, qual seja o de perpetuar uma supervalorização do masculino. A dominação exercida sobre as mulheres está ancorada no suposto essencialista, que lê nas diferenças biológicas capacidades e incapacidades. Este suposto é compreendido intelectualmente em termos de superioridade e inferioridade na sociedade ocidental, que se organiza a partir de um princípio hierárquico. O imaginário que recria a mulher é então compreendido como um instrumento cultural usado pelas pessoas, para tornarem inteligíveis suas práticas, mais do que um instrumento de dominação deliberado.

Rosaldo (1995) faz uma crítica às pesquisas que, para explicar a constatação da assimetria sexual em todos os grupos humanos, estabelecem teorias sobre papéis sexuais. Aponta para o fato de que abordagens que insistem em dicotomias reforçam a visão de que diferenças são explicadas, primordialmente, pela fisiologia sexual. Ela ressalva a importância do gênero para a organização de todas as formas institucionais humanas e, reciprocamente, de todos os fatos sociais para a compreensão do gênero:

[...] minhas leituras dos dados antropológicos levaram-me a concluir que as formas culturais e sociais humanas sempre têm sido subjugadas pela dominação masculina. Com isto não quero dizer que o homem reine por direito, nem mesmo que ele reine, nem que as mulheres são vítimas passivas de um mundo definido por homens. Mas, apontaria, isto sim, para uma coleção de fatos relacionados que parecem argumentar que, em todos os grupos humanos conhecidos – a despeito das prerrogativas que a mulher pode gozar – a vasta maioria de oportunidades para o prestígio e influência pública, a capacidade para forjar relações, determinar inimizades, falar em público, usar ou renunciar ao uso da força, são todas reconhecidas como um privilégio e direito masculino. (ROSALDO, 1995, p.1).

A autora pontua, ainda, que a dominação masculina:

Parece ser, antes, um aspecto da organização da vida coletiva, uma padronização das expectativas e *crenças* que produz um *desequilíbrio* na forma em que as pessoas interpretam, avaliam e respondem às formas particulares de ações femininas e masculinas. Nós não a percebemos em termos de limitações físicas sobre o que homens e mulheres podem ou não fazer, mas sim em termos de como as pessoas *pensam* suas vidas, dos tipos de oportunidades que elas desfrutam, e das maneiras que exercem suas demandas. (ROSALDO, 1995, p.1, grifos meus).

Bourdieu (1995, p. 137) enfatiza que a organização do espaço, a divisão do tempo, mas, sobretudo, a divisão de papéis e de lugares para homens e mulheres, expressam a violência que decorre desses elementos simbólicos que se fundamentam na quase natural superioridade do masculino. “O homem (vir) é um ser particular que vive a si mesmo como ser universal (homo), que tem o monopólio, de fato e de direito, do humano, isto é, do universal, que está socialmente autorizado a sentir-se portador da forma total da condição humana”.

Souza (2010) referenda o pensamento de Bourdieu quando assinala a realidade desta dominação, porém recusa a idéia de que esta dominação seja uma dinâmica unilateral que resulte na violência ou “barbárie”, para usar seu termo, o que levaria ao erro da vitimização da mulher.

Neste estudo, trabalho com a definição de gênero elaborada por Joan Scott, para quem “o gênero é a organização social da diferença sexual”, que se dá por meio do discurso como instrumento de ordenamento do mundo, incluindo tudo que o constitui: ideias, instituições, estruturas, práticas cotidianas, rituais e todos os constituintes das relações sociais. (SCOTT, 1998, p. 31).

Segundo a autora, o gênero como elemento constitutivo das relações sociais é composto por quatro elementos: os símbolos, os conceitos normativos, as instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva. Estes elementos funcionam de maneira articulada, porém nem sempre simultaneamente.

Scott (1995) entende que é relevante refletir nos debates sobre o gênero não apenas “o que está em jogo” para explicitar, explicar ou justificar posições, mas também como compreensões implícitas do gênero são invocadas ou reativadas. A autora discute a necessidade de se estudar se existe uma relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado; de que maneira as mulheres se tornaram invisíveis como sujeitos históricos, embora tenham participado de grandes eventos da história humana; se o gênero tem legitimado a emergência de carreiras profissionais; e como as instituições têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização. Problematiza a relação entre poder e gênero da seguinte maneira:

Como podemos explicar, no seio dessa teoria, as associações persistentes da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão mais investidos na qualidade de masculino do que na qualidade de feminino? Como explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando vivem em lares onde marido e mulher dividem tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência, sem processo de significação não há sentido. (SCOTT, 1995, p 5).

Scott (1995) também aponta para o fato de que, ao reificar o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres, mesmo ficando em aberto a maneira como o sujeito é construído, a teoria tende a universalizar as categorias e a relação entre homem e mulher, e a consequência é uma leitura redutora dos dados do passado. Embora ela reconheça que a ideologia de gênero reflete as estruturas econômicas e sociais, também considera importante compreender a complexa ligação entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente que associa valores mais altos e poder à masculinidade.

Souza (2010) pontua que a tradição cristã legitima a dominação masculina dando a ela aspecto de sacralidade e de ordenança divina. Para ela, a igreja reforça a idéia de

inferioridade da mulher, ao evocar as figuras de Eva e Maria, perpetuando as identidades de gênero, fundamentadas em elementos misóginos que compõem toda a história da tradição judaico-cristã, e reforça de maneira geral um ideal de mulher que deve completar-se com a maternidade e aceitar como ordem divina o destino de uma posição inescapável de subordinação.

Assim, tais ensinamentos religiosos reforçam e legitimam a preeminência masculina, com base em interpretações de textos bíblicos que fazem referência ao elevado valor da maternidade enquanto constituidora da subjetividade feminina e da submissão enquanto condição feminina relativamente ao masculino.

1.5 A Discriminação no Espaço Organizacional

A discriminação disfarçada e a cumplicidade passiva da sociedade brasileira também são objeto de reflexão de Soares (2008), que, ao discorrer sobre a distribuição de poder e as relações de gênero no Brasil, afirma o seguinte:

Nossa tradição cultural, desde suas fontes cosmogônicas e cosmológicas clássicas, gregas e judaico-cristãs, articula sua matriz simbólico-axiológica pela mediação de um duplo e contraditório movimento: a afirmação e a negação/sublimação da diferença instauradora do gênero. A afirmação corresponde à ostensividade da distinção de poder e se manifesta nas *crenças* e posturas que consagram a superioridade ou a centralidade do masculino, com maior ou menor pudor e discrição. (SOARES, 2008, p.12, grifo meu).

O autor assinala que é preciso ir além na teoria política e social no que se refere à condição feminina. Propõe não apenas o debate sobre inclusão e sensibilidade ao feminino, como se isso representasse uma “dedução generosamente autorizada pela razão-pura-prática”, mas defende que é preciso problematizar a “retórica veladamente

misógina que ainda prevalece no bom senso acadêmico, mesmo em alguns segmentos refinados”. (idem, p. 12).

A Classe, A História, A Razão, o Universal e outras categorias equivalentes já mostraram seus efeitos, quando projetadas sobre o plano político, sem a mediação reflexivo-crítica que derivaria do reconhecimento de que o gênero é a peça que falta ao (e, ao mesmo tempo, organiza o) jogo dessa interminável produtividade cultural-histórica, geradora de poderes, saberes e valores, acompanhados de deslocamentos, dissoluções e silêncios. (SOARES, 2008, p. 13).

Puppín (2001) aponta para a facilidade de se aferir empiricamente a misoginia como uma política, que joga deliberada e sistematicamente descrédito sobre as mulheres, a fim de perpetuar o poder da dominação masculina no espaço organizacional das instituições. A autora afirma que é possível, através da observação empírica com entrevistas e histórias de vida e de carreira, constatar práticas que podem ser menos discretas, ou até mesmo tão sutis, que a um observador menos atento podem passar despercebidas.

No espaço organizacional, podem coexistir tendências refratárias à ascensão feminina. Delimitações de espaço, rotulações ofensivas para designar mulheres que ocupam cargos de chefia, restrições, condições, prescrições, e proscricões são produtos socialmente construídos com o pretexto de preterir mulheres, e expõem a violência da prática da misoginia na cultura organizacional brasileira.

Puppín (2001, p. 152 e 154) demonstra que os adjetivos desqualificadores, tais como “cobra”, “meneater”, “puta”, “megera” são intermináveis, bem como o uso de fortes expressões que visam apontar às mulheres a importância de saberem o seu devido lugar: “homem gosta mesmo é de homem, mulher só serve mesmo para ‘fo...’ e mãe nem para isso.” Tais rotulações visam desacreditar as mulheres e revelam crenças de que a ascensão e conquista feminina só acontecem pela mediação de homens e que “a cada promoção obtida, a cada distinção recebida, retomavam-se as imputações acusatórias de que teria ‘dado’ para alguém” (idem, p. 131).

Nas pesquisas de Puppín (2001) aparece, também, o mesmo conflito existente na ideologia da maternidade intensiva que apregoa que apenas a maternidade realiza a mulher. A mulher que almeja “algo mais” demonstra desequilíbrio e “narcisismo doentio”, o que é passível de censura, seja ela explícita ou não; ou seja, não se pode ser mulher e profissional, é preciso ser mulher ou profissional, uma coisa exclui a outra. As revelações que surgem na fala de homens entrevistados denunciam, mesmo que involuntariamente, as perspectivas simétricas e precárias das práticas relacionais dos gêneros, ainda que o espaço organizacional esteja inserido em um contexto social e cultural privilegiado.

A presença da mulher no espaço organizacional desperta nos homens sentimento de estranheza, usurpação, e uma posição contrária à presença feminina em cargos de chefia. Isto se dá com base em estereótipos e essencialismos que “definem” o que é ser homem ou mulher, e uma valorização de “pretensos atributos naturais” que os indivíduos *acreditam* ser “patentes masculinas”, que “qualificam naturalmente” o homem para ocupar posições de comando.

Os antropólogos Van Velsen (1987), Turner (2008) e Gluckman (1987) apontam a existência de uma estrutura social que não é inflexível, rígida, imutável. Para estes autores, um mesmo indivíduo pode escolher normas contraditórias e alterná-las em situações específicas de acordo com seus interesses. Desse modo, as posições que os indivíduos ocupam na estrutura social são ambíguas e deixam margem para a manipulação das normas, dentro de certos limites. As situações de conflito ocorrerão na medida em que a frequência e a importância de tais conflitos aumentam no funcionamento das organizações.

Assim, a antropologia chama atenção para a manipulação de regras e a coexistência de valores contraditórios e crenças desencontradas presentes na sociedade humana, o que não impede que os indivíduos vivam suas vidas com “certa” liberdade de escolhas. A capacidade que os indivíduos têm de desvencilhar-se de modelos de pensamentos e comportamentos a que foram condicionados, inovar, administrar interesses, valores e crenças contraditórios é vista por Turner (2008) e Gluckman (1987) de modo positivo.

Isto posto, a discussão que ora se faz deve considerar o contexto histórico, cultural e social em que os sujeitos se movem, como também outros fatores externos que podem constituir práticas coercitivas ou impeditivas e que podem ser determinantes nas escolhas feitas pelas mulheres. Tais práticas são aqui denominadas como a conjugalidade, as responsabilidades com os filhos, a organização doméstica, e os valores do patriarcado. Somados a estes fatores existem outros elementos tais como a discriminação de gênero no espaço público e a subjetividade da mulher, que devem ser considerados e analisados na discussão sobre a ascensão profissional feminina.

Capítulo 2 – NARRATIVAS

Neste capítulo tratarei dos encontros com as ex-reitoras Maria do Rosário Cassimiro, reitora no quadriênio 1982-1985, e Milca Severino Pereira, que ocupou o cargo de reitora por dois mandatos entre os anos de 1998-2005. A maior parte dos encontros se realizou em suas residências. Optei por apresentar a narrativa com poucas intervenções e inferências pessoais. Os comentários e as interpretações serão feitos no capítulo subsequente.

Abordarei as narrativas como situação social, que revelam os estereótipos e margem de ação para fugir destes, por apresentar construções alternativas. As estruturas sociais ganham certo dinamismo e se revelam como passíveis de serem manipuladas e alteradas.

Estabeleci contato com as professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira através de amigos que se ofereceram amistosa e oportunamente para “descolar” telefones e endereços, a fim de que eu pudesse lhes falar sobre minha pesquisa e a possibilidade de estarmos juntas para falarmos de “viva voz”.

Tentei minimizar erros tais como induzi-las a dizerem o que esperava ouvir. Evitei fazer um “interrogatório” travestido de “entrevista”, tanto quanto me foi possível, baseada nos meus poucos conhecimentos práticos e muitas leituras teóricas sobre trabalho de campo. Como entrevistadora, “planejei” antecipadamente meus questionamentos, fiquei atenta ao discurso que suscitei, procurei “metamorfosar minha intervenção” (LEJEUNE, 2008, p. 154).

2.1 MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO (Gestão 1982-1985)

Encontrei-me pela primeira vez com a Professora Maria do Rosário Cassimiro no seu espaçoso apartamento duplex localizado em uma rua tranqüila e arborizada de Goiânia numa ensolarada manhã de segunda-feira. Recebeu-me com um sorriso no rosto e atitude afável. Abraçamo-nos e trocamos os beijinhos tão brasileiros, sempre presentes em nossos cumprimentos em ambientes mais descontraídos.

Vestia-se espartanamente, calças largas e camisa de cor sóbria e que me pareceram extremamente confortáveis. Os cabelos curtos, a ausência de maquiagem e adornos pessoais fazia um grande contraste com a sala com a qual me deparei. O que chamou minha atenção em sua aparência pessoal foram as sandálias do tipo franciscanas, que me remeteram às lembranças do colégio de freiras católicas que fez, durante muitos anos, parte da minha vida escolar.

Lembrei-me delas, das freiras, circulando pelos corredores tão polidos que podíamos ver nossa imagem refletida enquanto caminhávamos, e tão silenciosos que ouvíamos o eco dos nossos próprios pensamentos, enquanto tentávamos caminhar ordeira e disciplinadamente até nossas salas. Ela pareceu-me à vontade calçando as sandálias em cor neutra, largas e confortáveis, ao circular com elas pela casa, o que me levou a deduzir que é uma pessoa prática e que valoriza o conforto.

Enquanto nos acomodávamos em um espaçoso e confortável sofá, ela resolvia com a auxiliar da casa pequenos problemas domésticos. O ambiente espaçoso, claro e iluminado pelo sol da manhã que entrava pela janela e porta de vidros era extremamente agradável. Percebi claramente que não havia a marca de um decorador ou arquiteto na decoração presente, mas sim a história da sua própria vida, revelando as muitas viagens, o gosto eclético onde o moderno se mescla com o antigo, peças barrocas de artesanato dispostas juntamente com porcelanas delicadas, e cristaleiras *art nouveau* atulhadas de lembranças trazidas de viagens nacionais e internacionais. Objetos de arte indígenas também presentes, misturados com peças trazidas da América do Sul, Europa, revelando-me a personalidade marcante da dona da casa.

A sala transmitia vida, cálidas emoções, remetendo-me às minhas próprias lembranças. As xícaras pintadas à mão, os objetos delicados usados para dispor os alimentos sobre a mesa trouxeram saudade das risadas de pais, mães e avós à volta da mesa, “rallhando” amorosamente com as crianças sempre apressadas.

Sento-me em frente a um aparelho enorme de televisão, desses de última geração, contrastando enormemente com as cristaleiras antigas. Ela diz que aprecia assistir a programas de tv e justifica que a presença do televisor no ambiente deve-se ao fato de privilegiar o conforto. Conta que tem um aparelho no quarto e outro na parte superior do duplex, mas acha mais cômodo permanecer na sala, dado que para deslocar-se à parte superior precisa subir escadas, o que não a anima nem um pouco. Rimos ao reconhecer que todos fazemos uso da “lei do menor esforço” quando nos convém.

Antes de iniciarmos nosso diálogo, apresento-me e explico o objetivo da minha pesquisa. Constato que já estabelecemos um clima ameno de conversa, o que dará à entrevista um caráter de uma prosa que fluirá sem maiores formalidades e dificuldades.

Inicialmente, pergunto à Professora sobre como se deu seu envolvimento com a parte de gestão da Universidade Federal de Goiás, uma vez que sempre esteve envolvida com a docência. Responde-me que teve oportunidade de ocupar o cargo de pró-reitora de extensão da Universidade Federal de Goiás entre os anos de 1978-1982.

Comenta que, na sua gestão como pró-reitora, priorizou consolidar a integração acadêmica com a comunidade através de uma política de interiorização com a instalação de campus avançado nas cidades de Jataí, Firminópolis e Porto Nacional. Para ela, a política de interiorização exige do gestor um grande esforço administrativo, pois envolve alocação de recursos, implantação, organização, aquisição de terrenos, construção do imóvel, equipamentos, deslocamento e capacitação de profissionais, o que a instiga, pois sempre gostou dos desafios de implantar e organizar. Como pró-reitora de extensão, também comandou a instalação do campus avançado de Picos no estado do Piauí, com a ajuda da Fundação Projeto Rondon do governo federal. A instalação do campus de Catalão foi realizada na sua gestão como reitora entre os anos de 1982-1985.

Assim, posteriormente à sua gestão na pró-reitoria, teve oportunidade de ocupar a reitoria entre os anos de 1982-1985. À época, a política adotada pelo governo federal relativa ao Ensino Superior esteve voltada para a celebração de diversos convênios com organismos municipais, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Ministério da Educação e Cultura, o que permitiu à Universidade Federal de Goiás canalizar recursos, ter um aumento significativo da receita e realizar aquisição de equipamentos, melhoria dos acervos das bibliotecas, capacitação de profissionais, como também buscar uma maior integração entre universidade e comunidade, e dar continuidade a uma forte política de interiorização.

Em sua gestão, em 1983, foi assinado entre o Ministério da Educação e Cultura, o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação e a Universidade Federal de Goiás um convênio que transferia recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Contrapartida Nacional do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento para a implementação do Projeto MEC BID III. A Universidade Federal de Goiás foi uma das beneficiárias do Programa de Desenvolvimento das universidades brasileiras, que pretendia apoiar as universidades no desempenho de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Após a primeira parte da nossa entrevista, ela me convidou para passarmos a outro ambiente, para fazermos um lanche que já estava disposto sobre a mesa. Esta sala era bem menor do que a que nos encontrávamos até então, mas não menos aconchegante. Aboletamo-nos confortavelmente à mesa para nos deleitarmos com pães de queijo e café quentinho, e darmos continuidade à nossa prosa.

Sento-me à frente de um quadro pintado à mão que retrata uma casa na fazenda. Por um momento, divago, olhando o quadro à minha frente. A fachada da casa, o verde do campo... quase posso sentir a brisa que sopra sobre os galhos das árvores. A casa colonial, o pé direito altíssimo, as paredes com anos de histórias vividas, contadas e recontadas, os ambientes espaçosos e iluminados, o barulho dos animais lá fora, o tropel dos cavalos, o mugido do gado, os gritos dos peões na lida, o sol escaldante.

Volto à realidade quando a Professora pergunta-me se prefiro açúcar ou adoçante. Sobre o quadro que aguçou minha curiosidade, ela conta que nasceu em

uma família de origem rural, e que a casa retratada foi onde seu pai morou na infância e pertencera a seus avós. Seus pais eram fazendeiros no interior de Goiás. Ambos receberam como herança terras e gado.

Seu pai era cego desde os dezoito anos, freqüentou apenas escolas rurais, e sua mãe lia com certa dificuldade, embora tenha assumido a administração da fazenda e conduzido os negócios com competência. Lidava com as demandas do dia a dia da fazenda e, inclusive, dava pensão também para as comitivas de peões que por ali passavam conduzindo as boiadas, para aumentar os rendimentos da família. O pai se locomovia até a cidade com a ajuda de um dos filhos, para administrar a parte financeira e burocrática dos negócios.

O objetivo dos seus pais foi trabalhar para ter uma estrutura econômica que possibilitasse aos filhos estudar, no que foram bem sucedidos. Quando a capital do Estado passou a ser Goiânia, decidiram, de comum acordo, mudar-se para Goiânia com o objetivo de possibilitar o acesso dos filhos a melhores escolas. Assim, adquiriram uma casa confortável “em frente a uma das melhores escolas da cidade” e fixaram residência.

Somos interrompidas pelo toque do telefone. Ela me pede licença e atende à ligação. É um sobrinho que precisa ir até lá para pegar uns documentos. Atende-o rapidamente, instando-o a vir buscar os documentos, embora enfatize que não poderá dar-lhe atenção por estar ocupada. Retomamos o diálogo com seus comentários a respeito da sua família. Segundo ela, sempre morou com os pais. Seu pai falecera muitos anos antes da sua mãe. Ambas compartilharam a mesma casa até a morte da sua mãe alguns anos atrás.

Permanecemos no mesmo ambiente enquanto damos continuidade à conversa. Retomo de onde paramos: a mudança para Goiânia. Comenta que, em Goiânia, fez o curso de Pedagogia e, posteriormente beneficiada por uma bolsa do SENAC, estudou um ano no Rio de Janeiro para capacitar-se.

À época do seu deslocamento para o Rio de Janeiro ocorreram algumas resistências e atitudes de preconceito por parte de amigos de seus pais, que optaram por não dar crédito a tais atitudes. Diz que, com o apoio e incentivo deles, aproveitou as oportunidades que surgiram e pôde priorizar os estudos.

As duas especializações que realizou fora de Goiânia foram através de bolsas de estudo. Fez especialização na área de educação um ano em São Paulo, antes de ingressar no doutorado, em 1970, que concluiu em 1973 como professora da UFG, época em que a pós-graduação ainda era incipiente no Brasil.

Nesse momento, somos interrompidas pela chegada de seu sobrinho que viera buscar os documentos. Ela me pede licença, abre algumas gavetas de um bonito móvel no mesmo ambiente, mas sua busca é frustrada. Então deduz que deve estar no escritório na parte superior do apartamento. Pergunta-me se me importo de acompanhá-los até lá. Sugere que posso aproveitar para conhecer melhor a casa, ri e diz que, assim, ela sobe as escadas apenas uma vez. Aceito de bom grado o convite.

Quando chegamos à parte superior do apartamento, sou instada pela minha anfitriã a circular “sem interdições”, o que faço num misto de timidez e “curiosidade científica”, tentando não me esquecer da razão que me levava até lá.

Os confortáveis quartos de hóspedes, com camas forradas com bonitos edredons e, inclusive, colchões extras e banheiros privativos são utilizados para receber amigos e familiares que não residem em Goiânia. É perceptível que o ambiente é utilizado com frequência, sem aquele aspecto de “quarto de revista de decoração”. A vida humana está presente ali na atmosfera. Há objetos deixados por hóspedes menos atentos. Estão ali à espera de seus esquecidos donos. Ela me explica que gosta muito de receber, ter a casa cheia, daí a razão pela qual reside em apartamento tão amplo e equipado para esse fim. Assim, pude inferir que gosta da convivência e tem prazer em hospedar, a hospitalidade é um valor para ela.

No escritório, um computador e estantes abarrotadas de livros. Segundo conta, gosta de ler. Há muitos livros de história presentes nas estantes. Contenho o impulso de “mergulhar nas páginas de alguns deles”. Enquanto tia e sobrinho embarçam-se entre estantes e papéis em busca dos preciosos documentos, circulo pela aconchegante sala de estar e tv com amplo espaço de circulação. Banhado pela claridade que vem de amplas janelas e portas de vidro, com sofás e pufs para apoio dos pés, o ambiente é fresco e convidativo, conjugado a um terraço com uma fabulosa vista parcial da cidade.

Vou em frente enquanto os aguardo. Permaneço por um tempo no terraço, imaginando quão agradável deve ser estar ali à noite sob o manto do luar e das estrelas, lendo, ouvindo música, refletindo ou apenas tomando uma bebida refrescante. Com esta imagem evocada, dirijo-me a minha anfitriã e a inquirio sobre a razão pela qual o espaço parece ser pouco utilizado, visto ser tão agradável. Ela sorri e diz que o problema são as escadas. Como permanece mais tempo no andar inferior onde ficam a cozinha, a copa, seu quarto e a sala de estar, opta pelo que lhe custará menos em termos de esforço físico.

Dirijo-me, em seguida, à despensa anexa ao terraço. Logo, ela vem me fazer companhia. Explica que, originalmente, ali era uma sauna, mas como o espaço estava subutilizado, ela o transformou em despensa. Observo que há uma caixa de cerveja enfileirada junto aos alimentos. Voltamos à parte inferior do apartamento. Enquanto aguardo que se despeça do sobrinho, retomo minhas anotações e tento ordenar meus pensamentos. Onde havíamos parado? Ah sim, na lida com a gestão na reitoria.

Quando abordamos sua gestão na reitoria, que ocorreu entre os anos de 1982-1985, cita como conquista da sua gestão a consolidação de uma sólida política de interiorização. Atribui a facilidade que tem para administrar e o fato de gostar dos desafios de instalar, implantar e organizar, como qualidades que contribuíram para sua ascensão e envolvimento com a parte de gestão na Universidade. Sempre que havia um projeto que exigia do indivíduo esses atributos, era chamada a colaborar, o que fazia satisfatoriamente e com eficiência.

Trago a conversa para as questões relativas ao poder simbólico masculino, à lida com os conflitos inerentes ao exercício do cargo e à discriminação de gênero. Para ela, a patrulha ideológica que sofreu, tanto da esquerda como da direita, ocorreu porque nunca foi filiada a partidos. Não era a candidata da Associação dos Docentes, nem filiada a partido político. Seu objetivo sempre foi manter uma visão ampla e equilibrada, e que, por isso, sofria, mas nada que a tenha afetado de maneira significativa.

Não se recorda de ter sofrido discriminação de gênero durante sua gestão e diz que a lida com o poder, o estresse e os conflitos não a afetavam em demorado. Lidou com tranqüilidade com os percalços inerentes ao cargo. Aponta o prestígio de que desfrutou na comunidade interna e externa, pelo Conselho de Reitores do Brasil, pelo

Ministério da Educação, pelo Presidente da República como significativos na sua gestão. Deixou em caixa dezesseis milhões de dólares em convênio com o MEC/BID, o que considera ser esta uma grande conquista, uma vez que três antecessores não tiveram êxito ao tentar incluir a UFG nessa parceria.

Indagada sobre o papel do gestor, sua opinião é que, para ser gestor (a), é preciso ter vocação. Entende que a herança cultural do machismo ainda prevalece em todas as esferas da sociedade. Opina que a ausência feminina no cargo máximo do governo estadual e municipal, e não apenas na Universidade, denota as conseqüências dessa herança cultural que prevalece na sociedade. Atribui o fato de ter sido a primeira reitora no Brasil a receber o título de Educadora do Ano, em 1982, às oportunidades que pôde aproveitar, e aponta a fé cristã e a providência divina como fundamentais na sua vida.

Manifesto a ela o desejo de conversarmos sobre assuntos mais pessoais, introduzindo perguntas de cunho “mais privado”. Sua vida afetiva. Seus relacionamentos, sua sexualidade, se teve namorados, companheiros, como se deram suas escolhas, como é a lida no lar, como se sente a respeito. Assente fazendo um movimento com a cabeça. Observo sua expressão facial enquanto fala. Pareceu-me não se sentir constrangida, nem intimidada. Faz um movimento com as mãos, como se quisesse dizer “isto não é importante”, quando mencionei companheiros. aguardo que verbalize o que depreendo da sua expressão corporal e facial. A impressão que tive, de que isto não teve importância para ela, é confirmada por suas palavras.

Primeiramente, afirma que teve namorados, mas não se sentiu motivada o suficiente para se casar e constituir laços duradouros de conjugalidade e maternidade. Não fora importante. Diz que é uma boa administradora, mas não gosta de lidar com as minúcias do dia a dia na casa. Gosta do conforto do lar, de fazer as refeições em casa, de hospedar, e para isso mantém duas funcionárias que se dividem nas tarefas de cuidar das roupas, da limpeza e das refeições. Como sempre morou com os pais, nunca teve essas preocupações até a morte da sua mãe, quando teve que assumir a administração do lar e optou por ter esse apoio de duas pessoas. Sorri e brinca dizendo que, embora seja uma boa administradora, “quem manda na casa são as duas auxiliares”.

Ela aproveita para convidar-me a conhecer a cozinha. O ambiente é claro, amplo e bem equipado. Sobre o fogão, borbulham os quitutes aromáticos que estão sendo preparados para o almoço. A geladeira é nova, com relógio digital na porta. Atentei para o fato, porque ela me ofereceu água, o que aceitei prontamente. Visualizei no interior da mesma algumas garrafas de cerveja. Aproveita para mostrar-me uma máquina de fazer café que adquiriu. Observo “aquela tecnologia toda” sem entender nada, já que estar diante de qualquer máquina deixa-me paralisada e perplexa. Ela me explica como funciona, porém não me sinto tentada a adquirir uma. Resolvo aguardar as próximas produções, na esperança de “algo menos complicado”. Rimos juntas quando ela diz que resolveu adquirir a máquina para facilitar a “difícil tarefa de fazer um café”.

Retornamos à sala e ficamos ali imersas entre objetos de arte, quadros, porcelanas e reminiscências de viagens e tempos que não voltam mais. Minha anfitriã conclui nosso primeiro encontro, afirmando que teve grande satisfação de ser reitora por quatro anos da UFG, e que hoje está aposentada na Instituição, porém continua ativa.

Após sua aposentadoria, organizou a implantação do campus da Universidade Estadual de Anápolis e, também, a convite do governador do Tocantins, liderou a implantação da Universidade do Tocantins, onde residiu por dezessete meses, teve oportunidade de organizar o primeiro concurso de docentes e técnicos da Universidade e, também, o primeiro vestibular.

Despedimo-nos à porta. Ela, dizendo que não é para eu “sumir”; eu, comprometendo-me a retornar, para submeter meu texto à sua apreciação e abordar outras questões que escaparam à minha atenção.

Após analisar a entrevista que realizara com a Professora Cassimiro, refleti que seria necessário estarmos juntas novamente, para abordarmos algumas questões que ficaram pendentes e que eu, enquanto pesquisadora, julgo relevantes.

Resolvi entrar em contato por telefone. Ela justificou que não poderia receber-me na mesma semana em virtude de viagens agendadas. Propôs, então, de nos encontrarmos duas semanas depois no intervalo que teria de quatro dias entre uma viagem e outra. Aceitei de pronto, agradecendo e mal disfarçando meu

desapontamento e ansiedade pelos dias que teria que aguardar. Enfim, contratempos comuns ao trabalho de campo.

No dia marcado, acordei muito cedo. Revisei minhas anotações, separei o termo de consentimento do comitê de ética que já estava impresso desde o dia anterior para que ela assinasse, e procurei o endereço nas minhas anotações. Para minha surpresa, o endereço não estava na minha agenda. Eu havia jogado fora o pequeno pedaço de papel que havia utilizado na visita anterior, julgando que anotara na minha agenda. Engoli a vergonha e liguei para o telefone residencial, porém estava na caixa postal. Corri para o computador, tentando desesperadamente encontrar o endereço na internet, mas nada. Mil informações encontrei no site da Academia Goiana de Letras.

A Professora tem treze livros publicados, nasceu em 23 de setembro de 1934, mas nada de endereço residencial. E agora, que faria? Aguardara duas semanas e, pior, não compareceria ao encontro e não iria justificar minha ausência, dado que o telefone de que dispunha para contato não atendia. Resolvo ligar novamente. Felizmente, ela mesma atendeu-me e, prontamente, informou o endereço, mas sugerindo que, ao invés de eu ir às dez como propusera, eu fosse às nove, e justificou-se argumentando que estava na correria para viajar.

Respondi prontamente que, para mim, não haveria problema algum. Vesti a primeira roupa que encontrei, ligando ao mesmo tempo para um rádio táxi, já que meu senso de direção é nulo, e encontrar o Setor Oeste seria uma tarefa impossível para mim, ainda mais com o estresse da última hora. O carro ficaria na garagem. Saio voando pela porta, calculando quanto seria minha despesa com o táxi, lutando com as chaves da porta, o bloco de anotações que teimava em cair das minhas mãos, a bolsa que não fechava, o elevador que não chegava. Do portão, enxergo o táxi já encostando na calçada. Sento-me atrapalhada no banco de trás, tentando encontrar o endereço para passar ao motorista, colocar o cinto de segurança, ao mesmo tempo em que me dou conta de que esquecera o celular. Paciência. Minha mente trabalhando incessantemente, já antecipando o encontro com minha anfitriã. Durante o trajeto, respiro aliviada tentando conter a ansiedade.

Ao chegar ao hall do apartamento, observo detalhes que passaram despercebidos na visita anterior. No espaço, estão dispostos vasos de barro indígenas,

flechas, quadros de gravuras coloridas, que mais tarde minha anfitriã informaria ter trazido do Tocantins.

Sou recebida pela Professora Cassimiro à porta com um sorriso no rosto. Observo que ela veste uma blusa rosa, calça preta bem cortada e confortáveis chinelos de couro marrom, que novamente me remetem às lembranças das freiras. Adentramos à sala, conversando animadamente sobre a viagem de férias que ela fará ao Canadá dali a quatro dias.

Ela comenta que esquecera de comprar dólares canadenses, e estava às voltas com as malas, contas a pagar, consultas médicas agendadas, e que, por isso, propusera que eu fosse mais cedo. Sorrio secretamente, tentando manter uma expressão impassível, enquanto respondo que “estava tudo bem para mim”. Embora ela tenha antecipado o encontro comigo, de nada adiantou, pois acabei por tomar horas do seu tempo, avançando em parte da tarde, até que eu mesma sugeri que ela poderia despedir-me a hora que quisesse, uma vez que, se dependesse de mim, não iria embora nunca.

Observo que há objetos dos cinco continentes dispostos em diversos lugares na sala. Ela comenta que começou a viajar a lazer depois da aposentadoria. Viaja muito para o exterior com uma ótima operadora. Pergunto-lhe se viaja pelo Brasil. Ela responde que apenas o Estado do Amapá não conhece, mas que viajou pelo Brasil mais a trabalho, e que já fez um cruzeiro para Fernando de Noronha só pela experiência, mas não achou muito agradável. Segundo conta, não sabe nadar e tem medo de água. Acha que é resquício da influência materna que costumava dizer que “com fogo e com água não se brinca”.

Observo os símbolos religiosos dispostos de forma harmoniosa em uma parede da sala. Dentre estes, há uma bela imagem de Nossa Senhora e Jesus trazida de uma viagem que fez à Istambul. Outros símbolos foram trazidos de Belém, Praga, Vaticano, Grécia, Bali, Nova Zelândia e dão um colorido especial à sala. Há várias imagens de Cristo na cruz em bronze e dourado. Insto-a a falar sobre o assunto. Sua formação e qual o significado destes para ela. Conta que é católica, estudou em colégio de freiras e que sempre é argüida a respeito, mas que nunca teve vocação para ser freira, nem para freqüentar colégio interno.

Existem mais de trinta relógios na sala. Alguns adquiridos em viagens, mas um é uma relíquia de família. Fabricado há 131 anos, é muito belo. Ela diz que tem um carinho especial por ele. Todos os anos é feita uma manutenção cuidadosa, mas mesmo assim “é preciso dar uma ajudazinha a ele todos os dias”, pois costuma atrasar.

Em outro espaço da sala, há um violão que é seu e outro que fora de seu pai e tem mais de cem anos. Quando lhe pergunto sobre o violão, ela se recorda de que teve um namorado do qual gostava, mas seu pai implicara com ele porque “ele só queria saber de tocar violão”, “não tinha juízo”, no que ela concordava com o pai. O pai, para não fugir ao costume da época, ameaçou “mandar matar” o namorado, foi assim que o namoro teve seu fim. Conta com naturalidade que teve duas outras paixões, depois se corrige e ameniza dizendo que foram “paixonites”, mas que “não foi correspondida”.

Dirijo o diálogo para o tema dos “sonhos realizados ou não”. Minha anfitriã diz que desejou muito ser professora na Universidade de Brasília, e para tal não mediu esforços. Mudou-se para Brasília com sua mãe, e já estava instalada na cidade e prestes a ser nomeada quando ocorreu a revolução em 1964. À época, haviam sido demitidos cento e sessenta professores na Universidade de Brasília. Por esta razão, decidiu não tomar posse, por julgar que seria mal vista pelo alunos. Retornou a Goiânia e retomou suas atividades na Secretaria de Educação.

Adentramos em diversos outros assuntos, tais como comensalidade, lazer, prazer, trabalho. Quis saber como ela enxergava tudo isto. Se aprecia bebidas alcoólicas, já que tivera oportunidade de vê-las dispostas na despensa e na cozinha, ou se as mantém em casa apenas para receber hóspedes. Diz que aprecia cerveja e vinho, mas consome mais cerveja, por ser mais refrescante no calor de Goiânia.

Sobre a pequena participação da mulher na sociedade e nas organizações ressalva que, pessoalmente, sempre foi respeitada pelos homens enquanto reitora, mas enfatiza que, de modo geral, os homens pensam que, por terem mais força física, estão mais qualificados. Além disso, estão mais “dispostos a engolir sapos” para permanecerem no poder; por causa do valor que atribuem às posições de comando e ao prestígio que tais conferem, transigem mais no que se refere à ética e a moralidade.

Para ela, as mulheres são “mais e melhores”. De modo geral, as mulheres não atribuem grande valor a estar em posições de destaque, e são mais nobres, corretas e

trabalhadoras do que os homens, o que dificulta suas participações e permanências em cargos políticos e de maior expressão. A cultura cristã machista favorece a disseminação e a perpetuação de preconceitos de gênero.

Sobre um móvel, observo várias miniaturas de bonecas de madeira, em tamanhos ascendentes, pintadas em dourado e vinho. Logo ela me explica que essas bonecas cabem uma dentro da outra, são o símbolo da maternidade e denominadas *matrioshka*, e foram trazidas de uma viagem que fizera à Rússia.

Existem também, no lado oposto ao que me encontro na sala, algumas esculturas de artistas goianos. Uma delas é a representação da fuga do Egito. Outra é encantadora, dado à sensibilidade com que fora esculpida e a emoção que desperta naquele que a contempla. É um casal, ambos estão maltrapilhos e a mulher está grávida. Eu observara outra escultura próxima à sala anexa com o mesmo tema, e que me parecera ser do mesmo artista. Ela me explica que esse artista é goiano, e que seu tema favorito é a mulher grávida. Uma das esculturas adquiriu, outra ganhou de presente do próprio artista.

Existem muitas representações de mulheres grávidas dentre os objetos de arte ali dispostos na sua sala. Ela fala com certa emoção sobre o assunto. Entende que a maternidade é uma missão “mais nobre e importante que qualquer trabalho remunerado, embora não seja rentável e envolva não apenas o ato de dar à luz, mas também preservar e preparar outro ser humano para a vida”. Para ela, a maternidade faz com que a mulher torne-se mais carente de proteção. Defende que a dona de casa deveria ser remunerada e ter aposentadoria. Esta é uma conquista pela qual acha que as mulheres devem lutar.

Sobre o fato de não ter se casado e não ter tido filhos reconhece que isto pode ter contribuído, de algum modo, para sua ascensão profissional. Para ela, é mais difícil para uma mulher que tem um companheiro e filhos aproveitar as oportunidades profissionais que surgem, e cita como exemplo suas próprias amigas e colegas. Todas, sem exceção, enfrentaram a dificuldade de terem que se dividir e compartilhar ou abdicar de projetos, o que não foi o seu caso.

Acredita que não ter deixado as oportunidades passarem deve-se muito ao fato de ser solteira, mas acrescenta que esta não foi uma escolha deliberada. O casamento

e os filhos “não aconteceram, porque não aconteceram”. Conta que tem uma filha adotiva. Cuidou dela dos dois aos quinze anos. Reside em Alexânia, chama-se Rosemeire, tem dois filhos. Costumam ter contatos diários por telefone e mantêm laços afetivos.

Voltamos a caminhar pela sala enquanto conversamos. Existem mais de quinze quadros de pintores goianos espalhados na sala maior e também na contígua, que é menor. Os temas e as cores são variadas. Desenhos geométricos em tons quentes, paisagens de fazendas que pertenceram à família. Dois retratos de seus pais também estão presentes próximos às esculturas. Ficamos por ali, conversando amenamente e respirando arte. Abaixo dos quadros dos seus pais, há um sofá com lindas almofadas que chamaram minha atenção. Segundo se lembra, ela as trouxe como lembranças de uma viagem que fizera à Turquia.

Dentre os objetos, existem alguns aparelhos antigos de telefones, cada um mais belo que o outro. O ambiente da sala está refrigerado por um funcional e moderno ar-condicionado com controle remoto. Explica que gosta muito de ficar nesta sala, mesmo que seja “à toa”, e, por isso, toma providências para torná-la o mais agradável possível.

Sentamo-nos. Ela parece apreciar o conforto. O que pensa a respeito? Sorri e diz que utiliza o dinheiro para ter uma boa qualidade de vida, e que “gosta de uma mordomiazinha”. Observo sua postura descontraída recostada ao sofá, com os pés desnudos repousados sobre um puf. As unhas estão feitas, pintadas com um rosa claro quase imperceptível. Ela comenta que ainda tem que fazer pés e mãos antes de viajar.

Abordo então a ausência de maquiagem e adornos e o minimalismo que adota em sua aparência em contraste com sua “luxuriante casa”, o que aguçara minha curiosidade desde que a vira pela primeira vez. (Este é um “problema” para mim, daí meu estranhamento. Tenho que fazer um esforço enorme para ficar longe das bancas de badulaques, e abrir espaço para tais no guarda-roupa é uma tarefa diária e insana. A ausência de adornos no “outro” sempre desperta meu interesse, levando-me a inferir que isto pode revelar que a pessoa valoriza a praticidade).

Ela opina que, de certo modo, considera o uso de adornos uma futilidade, e não usaria, por exemplo, um anel de pedra só porque é bonito. Explica que, dos três discretos anéis que usa, todos têm um significado. Um fora de sua mãe, outro é uma

coruja que representa a profissão de educadora, e o outro é um terço que aponta para sua fé. A aliança está ausente. A corrente de ouro foi de sua bisavó. “Porém, dou certo valor a outras coisas”. O quê, por exemplo? “A qualidade dos meus óculos, dos perfumes. Minha irmã brinca comigo que meus hábitos são muito mais caros. Meu carro é um modelo importado e confortável”. Atualmente não dirige mais e prefere ter um motorista à disposição de segunda a sábado.

Dílson, o motorista, Ivone e Mariana, as auxiliares da casa, acabam por formar uma pequena família. Ela me conta que, quando sua mãe faleceu, (sua expressão demonstra certa emoção e nostalgia neste momento) sofreu muito durante um ano, “foi como se um pedaço de mim tivesse ido embora”. Sentia falta de telefonar para avisar que ia chegar mais tarde quando tinha reunião, hábito que adquirira ao longo da vida, por ter sempre morado com os pais. Então, solucionava sua carência ligando para as auxiliares da casa.

Expresso o desejo de saber como lidava com as emoções e as pressões no exercício do mandato de reitora e em sala de aula. Assente e afirma que a sala de aula sempre a deixava muito tensa, costumava chegar antes dos alunos para administrar a tensão e a ansiedade que sentia. O estresse afetava seu sono. Tinha muita insônia e passou a dormir melhor depois que se aposentou.

O lúdico, o descanso e o prazer sempre estiveram em segundo plano na sua vida, daí a razão pela qual só passou a viajar a lazer depois de se aposentar. “Meu senso de responsabilidade é muito grande”, para mim “o trabalho é uma segunda religião”, “o trabalho é um instrumento de redenção”. Assim, encerramos nosso diálogo. Despedimo-nos à porta com estas últimas palavras ressoando em minha mente.

2.2 MILCA SEVERINO PEREIRA (Gestão 1998-2005)

Era uma tarde muito quente de uma sexta-feira o dia em que estive pela primeira vez com a Professora Milca. Combinamos de nos encontrar na Secretaria de Educação, por escolha dela, já que ocupava o cargo de Secretária de Educação do Estado de Goiás. Atender-me lá lhe parecia mais “prático”.

Optei por evitar conversas paralelas a seu respeito antes da entrevista, por achar que seria mais produtivo e justo que eu mesma fizesse minhas observações. As informações de que dispunha eram as estritamente de ordem profissional e acadêmica. Até então, eu não havia visto fotos e não conhecia sua aparência física.

Cheguei à Secretaria com meia hora de antecedência para poder observar o ambiente e as pessoas com as quais a professora Milca convivia e trabalhava diretamente. Tinha esperança de entabular um diálogo que pudesse ser proveitoso para minha pesquisa.

Fui recebida por duas secretárias em uma ante-sala espaçosa com confortáveis sofás. O ar-condicionado propiciava uma temperatura agradável, e o barulho suave era quebrado pelo toque quase ininterrupto do telefone. Apresentei-me à Cida, a secretária que cuida da agenda da Professora Milca. Atenciosamente, fui informada de que ela estava atrasada, pois tivera que atender a um imprevisto e saíra já no adiantado da hora. Convidada a sentar-me, o fiz imediatamente. Sorrisos amarelos foram trocados entre mim e as secretárias, cada uma de nós perscrutando disfarçadamente umas às outras, tentando adivinhar pensamentos e intenções.

Logo, o trânsito de pessoas se inicia aguçando minha curiosidade. Uma mulher exuberante, alta e de cabelos compridos irrompe pela sala, despertando meu interesse. Pensei comigo mesma: Será esta a Milca? Logo pela conversa entabulada entre ela e as secretárias deduzi que não era. Em seguida, entra uma senhora que me pareceu tensa e formal. Preocupei-me. Será esta minha anfitriã? Séria e formal desse jeito? Não era, como pude constatar em seguida.

Comecei a achar divertido aquele jogo de adivinhação, embora não estivesse atenta à curiosidade estampada nos rostos que iam e vinham no vai e vem infundável da

ante-sala. Iniciamos uma conversa preliminar, eu e as secretárias. Perguntaram-me se eu era da UFG, tentando sondar-me não tão discretamente quanto achavam que o faziam. Expliquei vaga e rapidamente minha pesquisa, imaginando que “me tornara objeto de pesquisa”. Nesse momento, foi anunciado que poderia adentrar à sala anexa, onde já se encontrava minha anfitriã. Pedi licença e segui em frente.

A enorme sala que adentrei assustou-me de início. O ambiente era dividido entre uma sala de estar com alguns sofás. A mesa da Professora Milca ficava no outro extremo da sala, onde ela se encontrava. Uma assessora direta a argüia a respeito de um documento que tinha às mãos. Pareceu-me que os segundos que levei para chegar até elas foram horas, tal foi minha tensão no momento que se antecedeu às apresentações. Lembrei-me dos textos do Crapanzano (1991) sobre a tensão presente nos diálogos, mas aquela não era hora para divagações.

A Professora Milca adiantou-se e se apresentou com um firme aperto de mãos, colocando-se à minha disposição e informando que, pelo fato de ela também ser pesquisadora, eu poderia contar com sua solidariedade, “dado que as pessoas costumam ser refratárias quando são entrevistadas, o que dificulta o trabalho do pesquisador”. Estas palavras quebraram a tensão e o gelo, inclusive porque ela, de antemão, disse estar à disposição caso eu julgasse necessário entrevistá-la outras vezes.

Enquanto ela despachava com a assessora aproveitei para observar o ambiente e minha própria anfitriã. A sala era muito ampla com portas de vidro de correr que permitiam ver um pouco da natureza lá fora, e os assessores diretos tinham acesso a ela por uma porta lateral que não passava pela ante-sala na qual fui recebida.

No decorrer da entrevista, pude observar que os assessores tinham liberdade para entrar sem se fazerem anunciar, denotando certa informalidade nas suas relações com a professora, o que fizeram por várias vezes para resolver problemas que consideravam urgentes e inadiáveis, tendo sido atendidos rápida e atenciosamente por ela.

Minha anfitriã usava os cabelos curtos, trajava uma delicada blusa esvoaçante verde água e saia em tecido estampado miúdo do mesmo da blusa. Calçava um elegante sapato chanel marfim de salto médio. Estava maquiada, o batom era

vermelho, mas o que me chamou a atenção foram os adornos que usava. Um belo anel e colar de pedra brasileira verde musgo. Tive que conter minha curiosidade para não perguntar onde ela adquirira tal maravilha.

Iniciamos nosso diálogo com minha apresentação da pesquisa que me propusera a realizar. De início, enfatizei que me chamou a atenção o curto prazo que ela levava para realizar o mestrado e doutorado em São Paulo. Ela se graduou em Enfermagem pela Universidade Católica de Goiás, em 1979, e realizou o mestrado e o doutorado na USP, em 1987 e 1990, respectivamente. Solicitei a ela que falasse como isso se deu.

Contou-me, então, que planejou sua rápida ascensão na carreira acadêmica, quando ainda cursava a graduação. Elegeu como prioridade capacitar-se e disponibilizou todo seu tempo na concretização deste objetivo. Seu deslocamento para São Paulo é justificado como parte desse planejamento que engendrou. Para ela foi importante viver a experiência de administrar a distância de seus familiares, como também estar em contato com o ensino e a pesquisa em um centro maior, como a Universidade de São Paulo, e para isso não mediu esforços.

A facilidade burocrática que encontrou na Universidade Federal de Goiás para se deslocar para São Paulo ocorreu pela cooperação de seus pares, que viram na sua disponibilidade e compromisso com a Instituição razão decisiva para apoiar seu deslocamento. À época, nenhum de seus colegas tinha interesse em mudar-se de Goiás, pois tinham impedimentos de ordens diversas, que funcionavam como obstáculos à remoção.

Nesse momento, pergunto a ela se teve que lidar com decisões relativas a laços afetivos já constituídos (namorados ou companheiros) na graduação, e como elaborou essas escolhas. Segundo conta, tinha um namorado havia cinco anos que lhe propusera que fizessem o mestrado juntos, porém casados. Ela preferiu romper o relacionamento. Perguntei-lhe por que razão procedera assim. Conta-me que é filha de agricultores simples e atribui à solidez da estrutura familiar o mérito pela sua segurança e auto-estima. Define-se como uma pessoa segura, que não se intimida, sem complexos de nenhuma ordem, e que gosta de desafios. Seus pais são referências positivas, transmitiram-lhe muito afeto e a fizeram crer que era capaz de transpor

barreiras sociais e culturais. Recebeu deles também o legado da ética e dos valores protestantes. Têm muitos sobrinhos e irmãos e sua convivência com a família é de harmonia e solidez.

Após sua fala, retomo a questão da interrupção do relacionamento que antecedeu à sua mudança para São Paulo. Sem demonstrar resistência ou qualquer sinal de embaraço para falar da sua vida pessoal, diz que nunca desejou ter filhos, que seu desafio e foco absolutos sempre foram a superação da sua condição social, e acreditava que o fato de ser solteira e estar sempre disponível para a Instituição contribuiria, como de fato contribuiu, efetivamente, para sua ascensão profissional. Reiteradamente aparece a palavra prioridade durante nossa conversa. Segundo a professora Milca, as decisões e escolhas que teve que realizar foram facilitadas pelo fato de não se sentir dividida ou pressionada por fatores de outras ordens, tais como ter que administrar pressões de família, cônjuges e/ou filhos.

Após a conclusão do doutorado, retornou a Goiânia. Seus colegas da UFG propuseram que assumisse o cargo de vice-diretora do Departamento de Enfermagem. Embora seu desejo fosse fazer ciência e não estivesse nos seus planos trabalhar como gestora, entendeu que tinha um compromisso institucional com a UFG e seus pares e cedeu aos argumentos pró-gestão. Ao assumir o cargo, resolveu aglutinar pessoas e implementar o núcleo de pesquisa da unidade. Assim, atendia à demanda institucional e ao projeto pessoal de alavancar a pesquisa na Instituição.

Conforme sua fala, ocupar os cargos de vice-diretora e, posteriormente, de diretora da Unidade de Enfermagem não foi uma escolha pessoal, mas uma decisão coletiva de colegas que enxergavam de maneira positiva sua capacitação, seu esforço, compromisso e disponibilidade para a Instituição.

A entrada no pleito para a sucessão na reitoria também ocorreu por sugestão dos pares, porém, desta vez da área de engenharias e matemática. Inicialmente, não teve interesse, mas quando pessoas contrárias à sua candidatura argumentaram que, por ser enfermeira, ela não poderia ocupar o cargo, sentiu-se desafiada por razões ideológicas, uma vez que sempre postulou que todas as profissões devem ser valorizadas em uma Universidade. A ênfase no preconceito dentro da própria Universidade funcionou como elemento propulsor de sua candidatura. Seu desafio

maior foi a disputa de poder no campo do conhecimento. Teve como objetivo abrir espaço para a enfermagem e colocar a área em destaque, pois defende que todas as profissões são importantes, embora reconheça que algumas são mais valorizadas socialmente, o que não significa que se possa referendar posturas que desqualifiquem e/ou interditem aquelas profissões menos valorizadas. Em sua opinião, acredita que o preconceito e a discriminação devam ser confrontados e questionados sempre em uma Instituição de Ensino Superior. Reconhece que o processo de disputa que vivenciou para o primeiro mandato foi ímpar e enriquecedor.

Convido-a para falarmos sobre o primeiro processo eletivo do qual participou para o exercício do primeiro mandato, pelo fato de ter ocorrido uma acirrada disputa no decorrer da eleição. Ela começa a discorrer sobre alguns fatos que permaneceram na sua memória. Um deles, a discriminação porque é enfermeira de formação. Enfatiza que isto foi suscitado no próprio meio docente, entre professores, mas que, ao final dos debates, tudo se resolveu, e a fala preconceituosa acabou voltando-se contra os próprios preconceituosos.

Pergunto-lhe, então, se teve que lidar com ofensas de ordem moral ou discriminação de gênero durante o processo e como o fez. Observo-a atentamente enquanto aguardo sua resposta. Por um momento fica calada, permanece estática, olha para o alto, engole em seco, seus olhos lacrimejam, e faz um grande esforço para não chorar. Respira fundo. Quase não respiro ao enxergar a mágoa no seu rosto. aguardo, tentando respeitá-la diante de seu choro contido. Ela diz que sim, sofreu uma grande ofensa de ordem pessoal durante o processo eletivo. Ofensa tal que a abalou muito, ao ponto de seu pai pedir a ela que deixasse a disputa pelo cargo da reitoria.

Seus olhos lacrimejam repetidamente, a voz fica muito embargada, e ela precisa fazer pausa para articular a fala devido ao choro contido com muito esforço. Ela conclui o assunto olhando-me com olhos marejados, dizendo que, à época, ela dissera ao seu pai que “nem conseguia falar com Deus a respeito dessa difamação”, e que gostaria que seu pai intercedesse por ela em oração para que pudesse superar a mágoa. Segundo ela, embora se tenham passados todos esses anos, isto ainda a magoa. Olhamo-nos demoradamente nos olhos. Tácita e silenciosamente, decidimos encerrar o

assunto. Assinto, então, sugerindo falarmos sobre sua experiência como reitora da Universidade Federal de Goiás.

Segundo ela, estar em uma posição expressiva, com poder de decisão conferido por um mandato eletivo, afetou sua subjetividade no sentido de ter mudado sua visão do mundo. Passou a atribuir menor significado aos problemas e a vê-los sempre como passíveis de solução. Assumiu o cargo de reitora com uma vitória eletiva significativa e teve boa aceitação da comunidade interna e externa.

Quanto ao estresse próprio do exercício do cargo, não atribui maior importância. Lida bem com os debates e conflitos inerentes a cargos de maior expressão social e política, e não se deixa afetar emocionalmente. No que se refere aos embates ou desentendimentos no ambiente de trabalho, não se deixava esmorecer, e nem se sentia afetada emocional ou psiquicamente. Segundo seus termos, ela não leva “problema para a cama”. Opina que os conflitos com professores, alunos e servidores se devem a razões ideológicas e de interesses, e às posições diferentes que cada segmento ocupa na estrutura organizacional da Universidade.

Especificamente sobre o fato de ser mulher, relata que não se sentiu discriminada, embora reconheça ter presenciado alguns comentários machistas, mas que considera terem sido irrelevantes no exercício do cargo. Atribui a pequena participação feminina nos processos sociopolíticos, não a pretensas diferenças intelectuais ou de competências entre homens e mulheres, mas a valores pessoais, à falta de disponibilidade da própria mulher em priorizar sua ascensão profissional, mais do que a fatores de outra ordem.

Cita como maiores conquistas das suas gestões a abertura dos cursos noturnos no campus II e a ampliação significativa dos cursos de mestrado e doutorado sem financiamentos do governo federal. Encerrou o mandato com grande satisfação pessoal e, de imediato, assumiu o cargo de Secretária de Educação do Estado de Goiás, onde se encontrava naquele momento.

Somos interrompidas pelo toque de seu celular. Ela me pede licença para atender, diz que é um assunto importante da Secretaria que está sendo resolvido em Brasília, e que a ligação não pode deixar de ser atendida. Enquanto aguardo, fico observando as árvores que tremulam timidamente lá fora sob o sol escaldante. Nesse

momento, um dos assessores entreabre a porta sondando o ambiente, e faz um sinal de que precisa lhe falar. Ela assente, porém atenta à fala de quem está do outro lado da linha. Antes de retomarmos a conversa, o assessor dirige-se a ela com outras demandas, e pergunta-lhe se pretende se demorar na entrevista. Ela diz que sim, ainda vai demorar, mas promete resolver o problema com ele antes do final do dia.

Peço-lhe, então, que cite um momento marcante, significativo da sua gestão. Recordar-se de um movimento organizado pelos estudantes que se despiram e subiram nas árvores em protesto contra a terceirização do Restaurante Universitário. Pretendiam que a reitora os acusasse de atentado ao pudor e chamasse a polícia, o que atrairia a atenção da mídia para o campus. O protesto visava quebrar a ordem estabelecida. Resolveu, então, ignorá-los. Ordenou aos seguranças do campus que permanecessem em seus lugares e voltou para sua sala aguardando que os manifestantes se cansassem. Pretendia esvaziar o protesto, no que foi bem sucedida. Foi assim que recebeu o rótulo de insensível e autoritária.

Sobre estes adjetivos que lhe cunharam no decorrer do mandato afirma que, de maneira alguma, se sentia afetada, pois a metodologia que adotou para as tomadas de decisão foi a responsabilidade compartilhada com os diretores das unidades, e as soluções eram votadas. Embora tenha sido diversas vezes acusada de ser autoritária, afirma que recebe tal acusação com naturalidade, atribuindo-a aos conflitos de interesses entre grupos e segmentos.

Uma das secretárias nos traz água e café. Enquanto nos servimos, uma funcionária entra com um processo para ser assinado. Pede desculpas pela interrupção e solicita que a professora Milca, antes de assinar, leia o despacho que fora feito. Ela o faz e aproveita para lembrá-la de outros afazeres que ficaram combinados de serem resolvidos por ela.

Mais descontraídas após o café, sugiro que conversemos sobre assuntos que ainda não abordamos, seu dia a dia, seu cotidiano. Sugiro que fale espontaneamente o que lhe vier à mente. Sobre sua vida afetiva confidencia que teve relacionamentos duradouros, mas que, por sua própria iniciativa, foram encerrados. Não ter constituído uma família padrão, com cônjuge e filhos, não é um fardo, um ônus que teve que “pagar para ser feliz”. Admite que “sua vida se resume ao trabalho” e que vive para realizar-se

profissionalmente, e tudo o mais é secundarizado. Esta é uma escolha pessoal que sempre a fez feliz. Canaliza toda sua energia, amor e afeição no desempenho das suas atividades profissionais com dedicação integral de todo seu tempo.

Alimenta-se na rua, suas roupas são cuidadas em lavanderias, e relata com leveza o fato de uma nota fiscal de um fogão que adquiriu ter permanecido sob a tampa durante dez anos. Sobre a conciliação com uma suposta organização doméstica, sorri e confessa que nunca teve uma vida doméstica. Diz que “não está brincando, nem exagerando. É a pura verdade”.

Dou continuidade à conversa, indagando sobre seus planos atuais, se os têm, se sente falta de algo, se tem algum arrependimento ou frustração que mereça pontuar. Segundo ela, atualmente, adquiriu um apartamento que está mobiliando, inclusive com uma cozinha “gourmet”, pois tem o objetivo de aprender a cozinhar. Admite que uma das coisas das quais sente mais falta é de ter mais tempo disponível para ler. Suas estantes estão abarrotadas de livros que não foram lidos ou o foram parcialmente. Também pretende ter mais tempo para viajar, mas ainda não sabe como irá se organizar para realizar esses projetos.

Reflete que, certamente, terá que diminuir suas responsabilidades e sua carga horária de trabalho, porém enfatiza que não renunciou a nada, sua vida não é de renúncia, mas de entrega a seus projetos, sonhos e objetivos, e que os têm concretizado. Encerramos amistosamente nossa entrevista com esta última fala, já quando estou à porta com as mãos na maçaneta: “meu objetivo de mudar meu status, ser professora doutora, projetar a enfermagem, trabalhar pela educação e pesquisa foi alcançado”.

Outro contato que obtive com a Professora Milca foi marcado por dificuldades de espaço na sua agenda. Tomei a liberdade de enviar-lhe uma mensagem no seu e-mail pessoal, solicitando outra entrevista, se possível na sua residência. Ela retornou-me argumentando que só poderia me receber em seu gabinete, dada a falta de tempo disponível, o que pude constatar quando cheguei ao gabinete naquela quinta-feira.

A secretária Cida foi logo se desculpando pelo atraso da Professora. Ela ficara retida em um evento e não tinha como precisar a hora em que eu seria atendida. Fiquei

preocupada com o atraso considerável de uma hora, mas ela me garantiu que a Professora Milca me atenderia, como de fato ocorreu.

Quando cheguei à sala, ela se desculpou e propôs que nos encontrássemos em outro dia na sua residência, uma vez que o tempo que estava agendado para me receber ficara reduzido pelo imprevisto do atraso involuntário, e prejudicaria a qualidade do meu trabalho. Comprometeu-se a entrar em contato comigo e cumpriu a promessa dias depois propondo um encontro em sua residência no sábado pela manhã, às vésperas de um feriado. Concordei de imediato com a data proposta, haja vista que por mais de dois meses aguardava a oportunidade de nos encontrarmos.

Eu havia programado uma curta viagem de fim de semana que tive que cancelar, e ao fazê-lo refletia comigo mesma sobre a agenda tumultuada da Professora Milca. Dias atrás, Cida, sua secretária, havia comentado que “a Professora não tinha hora para almoçar”, principalmente quando ocorriam imprevistos difíceis de serem contornados.

A manhã de sábado estava ensolarada, quando me dirigi à sua residência. Fui recebida em seu amplo apartamento duplex. Ela já havia me adiantado que agendara também uma orientação naquele dia e que, por esta razão, deveríamos ser objetivas no uso do tempo. Disse esta frase enquanto adentrávamos rapidamente seu amplo escritório, mobiliado com uma intimidante escrivaninha e prateleiras abarrotadas de livros.

Sentou-se de imediato do outro lado da mesa e ofereceu a cadeira oposta à sua para eu me sentar. A escrivaninha se interpunha entre nós. Eu podia “apalpar” a barreira existente entre nós naqueles primeiros instantes. Gostaria de ter tido um minuto para observar o ambiente, o que não me foi possível, dada à notória pressa da minha anfitriã. Resolvi tentar fazê-lo no decorrer do diálogo.

Por um momento fugidivo, observei a mulher complexa à minha frente. Trajava um vestido roxo, um grande e belo colar de pedras e pequenos brincos. Num pensamento fugaz, refleti sobre o que a movia a ter três compromissos de trabalho em um sábado ensolarado, já que, além da atender a mim e ter programado posteriormente realizar uma orientação, tinha que comparecer a um evento cultural como Secretária de Educação às 16 horas. Foi possível ter esta informação, porque a ouvi atender ao

telefonema de sua irmã e justificar que “hoje” não iria visitar a mãe que mora em uma chácara. Só seria possível fazê-lo no domingo. A família era, uma vez mais, relegada pelo trabalho.

Comecei nosso diálogo com o problema que ela vivenciara no decorrer do processo eletivo, e que a magoara muito: os bastidores da campanha. Tal ofensa fora de ordem moral? Discriminação de gênero? Difamação? O que ocorrera? Garante-me que não fora discriminação de gênero o que ocorrera, e que a outra candidata também sofrera as “mesmas baixarias da política”. O fato a levou a refletir que “não era aquilo que imaginara para sua vida”, contudo o que a impediu de “roer a corda”, segundo seus termos, isto é, deixar a disputa, foi considerar que aquele era um projeto coletivo, havia pessoas que a apoiavam, o que lhe deu ânimo para superar a ofensa, mas que não queria entrar em maiores detalhes sobre o ocorrido.

Outro assunto relevante que me suscitou interesse foi o relacionamento que mantinha com seus pais. Seu pai costumava dizer que “Milca casou-se com os livros”. Seus pais “depositaram todos os seus sonhos nos filhos”. O pai, todas as noites, após um dia cansativo de trabalho, olhava os cadernos dos filhos. Seu descanso só ocorria após cuidadosa supervisão. A figura do pai estava especialmente marcada pelo compromisso com os estudos e o trabalho.

Atribui à ênfase da concepção protestante no sucesso, no esforço, na disciplina, nos estudos e no trabalho importante papel nas escolhas que fez. Destaca que “exercer plenamente sua intelectualidade teve valor maior que a afetividade”, suprida pelo relacionamento de confiança, respeito, amor dos pais, avós, irmãos e sobrinhos, estes relegados a um segundo plano.

Suscito a questão da convivência da Professora Milca com missionários americanos que, em sua opinião, valorizavam o saber científico e o preparo intelectual, e cuja influência na sua vida foi decisiva para a formação de princípios que valorizam a lisura, a ética, a retidão, a responsabilidade e a obrigação.

Conforme compartilha, estava há quatro anos e nove meses como Secretária de Educação do Estado de Goiás sem tirar férias, e justifica esta escolha porque considera a temporalidade do cargo, e valoriza a confiança depositada pelo Governador do Estado em seu trabalho. Assim, “cuidar da Secretaria é mais importante”, o bem da

coletividade é mais importante do que sua individualidade, haja vista que existem problemas prementes para serem resolvidos. Quando foi reitora, a maior parte das viagens internacionais que fez foram a trabalho. Admite que “abriu mão de tudo, todo o resto”, “não mediu esforços”, “fazia qualquer sacrifício pessoal”, “canalizava todas as suas energias e potencialidades para estudar e trabalhar”, e “ tudo o mais era secundarizado” em função dos estudos e do trabalho.

Recordo-me aqui de que ela enfatizara que o lazer fora ensinado como algo secundário, em detrimento do trabalho e das responsabilidades decorrentes destes. Isto me fez lembrar os colonizadores brancos que chegavam ao Brasil com o propósito de escravizar índios e negros e se sentiam “incomodados com a preguiça tupiniquim”, visto que esta era um obstáculo para seu objetivo de enriquecer ilicitamente à custa do trabalho não remunerado de outrem.

Divulgar a idéia de que “o trabalho é um valor maior, e dignifica o homem”, e de que uma vida voltada apenas para o trabalho é mais gratificante do que todo o resto oculta, convenientemente, interesses espúrios perpetuados em valores como a reificação do trabalho, que permanecem no inconsciente coletivo e norteiam a visão de mundo dos indivíduos.

Nesse ínterim, retomamos o diálogo para as escolhas que realizou. Quando se mudou para fazer o mestrado em São Paulo encerrou um longo relacionamento. Explica que não desejava ter filhos; porém, há mais de trinta anos, quando este fato ocorrera, não se concebia que duas pessoas se casassem e não tivessem filhos, esta não era uma opção dada aos casais, havia muita pressão social para que as pessoas tivessem filhos, e ela “não estava disposta a ser mãe”.

Quando comento se ela não considerou a possibilidade de ter um companheiro e não ter filhos, digamos, um meio-termo que talvez pudesse contemplar hipoteticamente sua própria vontade, e representar uma reação a essa pressão existente em seu contexto histórico-social, responde que, à época, a pressão social era muito grande e, em sua opinião, as dificuldades de pessoas casadas e que tinham prole eram muito maiores. Para os casados, tudo era mais complicado, o que ela pôde constatar durante o mestrado. Ela tinha mais tempo para estudar, agregar conhecimento, não tinha outras

preocupações. Foi representante da turma de mestrado e aproveitava o tempo livre que tinha para descansar.

Quando foi reitora não deixou a sala de aula, fazia orientação de trabalhos, e como Secretária de Estado orienta Trabalhos de Conclusão de Curso para não perder o contato com os alunos. Reconhece que dá conta de fazer tudo isto porque seu mundo está reduzido “ao trabalho, não tem outros compromissos, não tem que dar satisfação para esposo, filhos, e isto facilita muito seu estilo de vida”. Reflete, momentaneamente, que tem muito prazer no que faz, mas “não sabe se, por medo de ficar para trás, defasada, acumula tantas responsabilidades; é algo para se pensar”.

Enfatiza que, para mulheres casadas e com filhos, tudo exige um esforço maior. Opina que, talvez, suas escolhas tenham sido feitas pela sua própria limitação de hiperfocar metas e objetivos, “não que tudo que faço seja perfeito, nem melhor, não é nada disso”, ela justifica. “É uma questão de personalidade e de reconhecer os próprios limites”. Conhece mulheres que conseguem equilibrar a busca do aprimoramento intelectual, a ascensão profissional e a afetividade, e fazem trabalhos extraordinários, e talvez até melhores do que os seus, mas não é o seu caso. Assim, infiro que as pessoas são diferentes e que não há “regras rígidas” governando as vidas de mulheres ou homens. É possível a alguns ter e fazer mais que outros.

Para ela, a construção de uma sociedade para todos é mais importante do que o individual. “Cuidar dos outros” foi uma escolha consciente, “quase maquiavelicamente abraçada”, pois tinha condição de passar em qualquer vestibular de profissões mais prestigiadas. Em sua opinião, a saúde e a educação têm menor prestígio, porém são as áreas mais importantes em uma nação que apresenta desigualdades enormes como o Brasil. Os profissionais são mal remunerados, porém ela acredita na educação, na escola pública como “única porta que existe” em um país de analfabetos e de tanta miséria e pobreza.

Conta que, quando assumiu o cargo de Secretária de Educação em 2006, chorava toda semana diante da pobreza das famílias e de ter que presenciar o sofrimento e as dificuldades das crianças para permanecerem na escola. Neste momento, se emociona e chora copiosamente. A voz fica embargada e as lágrimas são abundantes. Debruço-me sobre a escrivaninha e pergunto se ela costuma se ver

nessas crianças, se elas são como um espelho que refletem sua própria vida. Através das lágrimas me fita e responde que sim, se enxerga nelas, embora não tenha vivido em extrema pobreza e sempre recebera incentivo dos pais, missionários, professores com os quais convivia, nunca lhe disseram que não era possível, que ela não poderia mudar sua realidade.

Volta a chorar, ao contar que um dos momentos mais emocionantes que viveu foi em um evento em um distrito de Rio Verde. As crianças calçavam chinelos de dedo e recitaram os clássicos da literatura brasileira. Conta que se emocionou diante da cena, e disse a elas que podiam ir descalças para a escola, mas que cadernos e livros não iriam faltar. Disse-lhes que seriam os futuros professores, cientistas, presidentes da República.

Segundo compartilha, ainda emocionada, esta mutualidade de que pôde desfrutar com os estudantes é muito prazerosa, e ter voz para dar esperança e incentivo, ocupar este espaço social que ocupou como reitora e que hoje ocupa como Secretária de Estado lhe permite lutar, não no campo filantrópico, mas ideológico. As escolas, as condições precárias, o esforço extraordinário dos professores da educação básica para mudar a realidade de crianças que vivem em profunda pobreza a emocionam.

Trabalhar com a educação básica, segundo suas palavras, “derreteu a minha torre de marfim que era comprida e esquisita e talvez este seja o maior presente que recebi. Não volto mais para minha torre de marfim na Universidade, não sei se ela não me cabe ou eu não consigo mais entrar lá”. Ressalva, porém, o importante e indiscutível papel que a Universidade desempenha. Em sua opinião, a Universidade é o melhor lugar do mundo para se trabalhar, porque existe uma luta pela liberdade de expressão e uma constante busca da autonomia.

Após nosso diálogo, ela me convida para conhecer seu apartamento que é muito amplo. Eu havia imaginado que conversaríamos andando pela casa informalmente, e que o que surgisse no diálogo ficaria aqui exposto, mas não foi o que ocorreu, por isto optei por dispor os dados como os fatos aconteceram, isto é, metódica, planejada e ordeiramente, conforme a vontade da minha atenciosa anfitriã. Assim é que o campo se apresentou a mim.

Existem muitos quadros espalhados pela casa em madeira e vidro que acomodam as medalhas e condecorações que recebeu como reitora. Na iluminada e ampla sala de estar anexa ao escritório, alguns destes quadros encontram-se enfileirados lado a lado, onde se podem ver através do vidro as muitas medalhas de honra, inclusive uma que recebeu na China, onde foram feitas homenagens a várias reitoras dos continentes.

A América Latina teve duas representantes e ela foi uma de suas representantes, mas nunca soube os critérios utilizados para a escolha. Uma original mesa de centro quadrada de madeira e vidro serve para adornar o ambiente e também acomoda mais medalhas recebidas ao longo da carreira acadêmica. Esta sala é muito agradável para “se ficar”, ler, assistir a um bom filme no sofisticado aparelho de tv, “jogar conversa fora”, meditar ou simplesmente “ficar à toa”, mas aparentemente é pouco utilizada.

Tudo é muito bonito, organizado e limpo. Conforme dissera, constato que não há sinais de que alguém viva ali. Não há absolutamente nada fora de lugar, e não há exagero nesta observação. Seu quarto é muito amplo, confortável, claro e agradável. Nenhuma roupa esquecida em um canto, nenhum livro ou óculos sobre a mesa de cabeceira, nenhum vinco na colcha estendida sobre a cama, indicando que alguém tivesse se sentado confortável e descuidadamente sobre ela.

Uma cristaleira de madeira e vidro abriga as lembranças e presentes que recebe. Pequenas miniaturas de porcelanas, bibelôs. Ali, um misto da vida pessoal e profissional. Existem presentes que recebeu de amigos e como reitora. No banheiro, belos vidros de perfumes enfileirados ordeiramente. Anexo ao seu quarto, está a suíte que fica disponível para sua mãe quando visita Goiânia. Igualmente confortável, ampla e organizada, só é utilizada esporadicamente.

Na parte superior do apartamento, outra ampla sala com bonitas cortinas e quadros. Ali estão presentes mais medalhas e condecorações. Ela me explica que desistiu de “mandar fazer os quadros para acomodar tantas medalhas”.

A cozinha está cuidadosamente arrumada. O fogão e a geladeira limpos, porém desativados. Não há panelas borbulhando, nem aromas de quitutes a perfumar o ar da casa, não se ouve barulho de talheres, não há uma xícara suja com sobra de café sobre a mesa, nem movimento algum, apenas o som do silêncio. Há um bebedouro

prático sobre a pia, e alguns copos lavados e que “descansam” sobre o escorredor. Ao lado da cozinha, uma ampla área com outro fogão, que pretende usar “um dia para fazer as receitas que pretende aprender não sabe quando”.

Há uma bonita vista à disposição da dona da casa nesta área. Algumas plantas repousam sobre uma bancada. Imagino que este é um espaço para receber amigos e lhe pergunto se costuma fazê-lo, ao que responde que, quando o faz, costuma contratar um serviço especializado que entrega tudo pronto.

Não há roupas nos varais, nenhuma torneira esquecida semiaberta e que goteja ininterruptamente, não há panos de chão à vista, nenhuma toalha a secar sob a luz do sol da manhã. Ao encerrar nosso “tour”, lembro-me quão verdadeira a Professora Milca fora ao dizer que faz as refeições na rua, lava suas roupas na lavanderia, e que sua jornada de trabalho começa muito cedo e se encerra à noite. Assim, compreendo o sofá novo e sem sinais de uso, a ordem presente em toda a casa, e sua emblemática frase: “meu mundo se resume ao trabalho”.

Capítulo 3 – DIÁLOGOS¹

Minhas preocupações ao me deparar com a tarefa de escrever foram muitas. Debati-me com questões distintas como a “exatidão dos fatos”, a questão ética e moral, o alcance teórico, como os fatos são vistos pelas ex-reitoras e como elas esperam que eu as enxergue. Contudo, sei que tornar “exato” o texto é impossível.

Embora haja muitas tentativas de minimizar a responsabilidade da autoria, atribuindo a descrição àqueles que estão sendo descritos, a realidade é que as descrições são de quem as descreve. Assim, como lidar com o ônus da autoria? Afirmar que escrever etnografia implica contar histórias encontra resistência, pois existe uma

estranha idéia de que a realidade tem uma linguagem em que prefere ser descrita, em que a própria natureza exige que falemos dela sem espalhafato – pau é pau, pedra é pedra, rosa é rosa -, sob pena de ilusão, invencionice e auto-enfeitiçamento, leva à idéia ainda mais estranha de que, perdido o literalismo, também a realidade se perderá. (GEERTZ, 2002, p. 183).

Escrever sobre o outro é um risco, pois significa tomar consciência do seu modo de vida e enxergar além dela. A capacidade de convencer os leitores de que o que estão lendo é autêntico, escrito por alguém familiarizado com o outro e, por isso, “autorizado” a escrever sobre, é a base na qual se assenta seja o que for que a etnografia deseje fazer: “analisar, explicar, divertir, desconcertar, celebrar, edificar, desculpar, estarrecer ou subverter”. (GEERTZ, 2002, p. 187).

As ex-reitoras selecionaram experiências e acontecimentos que, para elas, tiveram significado e aos quais atribuem justificar parte de suas existências; para mim, me pareceram importantes para que eu, posteriormente, pudesse construir um estudo

¹ Partes deste capítulo foram publicadas nos Anais do I Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizado em outubro de 2010, com o título “Apontamentos de Pesquisa em Andamento: as Reitoras da UFG”.

inteligível numa tímida tentativa de estabelecer uma comunicação que me permitisse reconstruir parte de suas experiências vividas.

Assim, ao me sentar para escrever, considero minha a responsabilidade. Contudo, sei que quando escrevo “sou sempre várias, mesmo sozinha, mesmo minha própria vida” (LEJEUNE, 2008, p. 118), o que não me isenta, não me “livra”, nem me desculpa.

Agir “criteriosamente” não desfaz o fato de que este trabalho é uma interpretação, que suscitou reflexões, interjeições, e interrogações, “atravessado” de subjetividades diferenciadas, permeado de “diálogos ocultos” intersubjetivos, e não está preso apenas ao discurso proferido, verbalizado, mas também às nuances de expressões, emoções e gestos interpretados subjetivamente.

3.1 UFG – O Contexto Institucional das Ex-reitoras

As professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira são docentes da Universidade Federal de Goiás e tiveram oportunidade de ocupar o cargo de reitoras no decorrer de suas carreiras.

É relevante enfatizar neste estudo sobre a presença feminina em alto cargo de gestão que as Universidades Federais, dentre elas a Universidade Federal de Goiás, têm planos de cargos e salários consolidados, e que conquistaram para docentes e servidores melhores condições para a capacitação e qualificação, asseguraram direitos à ascensão funcional por mérito, o que possibilita a inibição de práticas personalistas e refratárias à presença feminina em altos cargos.

Pode-se afirmar que os estatutos e planos de carreira, bem como a forte presença dos sindicatos de docentes e servidores, são instrumentos de defesa dos direitos de professores e técnicos independentemente de gênero. Tais instrumentos funcionam como elemento de respaldo e equilíbrio nas negociações com o Governo Federal no que se refere aos interesses da categoria, sejam estes voltados para

melhores condições de trabalho e remuneração ou às oportunidades e incentivos para a qualificação.

O ambiente acadêmico da Universidade, voltado para os debates, questionamentos e para a reflexão, inibe, coíbe e dificulta políticas e práticas sexistas que estigmatizam e discriminam o gênero feminino. Assim, a Universidade se consolida como um espaço “privilegiado” para a mulher trabalhar, dado todo aparato legal e ideológico existente que resguarda a todos, homens e mulheres.

No que se refere às entrevistas realizadas com as professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira, o que está disposto é apenas parte de suas trajetórias individuais. Quanto a mim, entendo que falar sobre a própria existência pode ser também uma apresentação de si; contudo, enquanto pesquisadora, aceitei “o postulado da existência contada” (LEJEUNE, 2008, p. 75).

3.2 As Narrativas

As professoras relataram que não enfrentaram discriminação ao ocuparem o cargo da reitoria, o que vem reforçar o reconhecimento de que a Universidade alcançou importantes conquistas nos últimos anos.

Sobre problemas que pudessem exigir um longo afastamento do trabalho, e cujas consequências pudessem repercutir sobre suas carreiras, tais como possíveis riscos e complicações da maternidade, as ex-reitoras afirmaram que não tiveram que lidar com estas contingências, pois não tiveram filhos.

Quanto à conjugalidade e às responsabilidades domésticas, fatores que podem exigir da mulher um esforço maior para se dividir espacial e emocionalmente, as ex-reitoras afirmaram que não tiveram tais experiências. Por não terem se casado e terem morado com os pais, consideraram-se poupadas de responsabilidades relacionadas ao casamento.

Ambas declararam, mais de uma vez nas entrevistas, que consideram o fato de serem solteiras como relevante e facilitador no que se refere às oportunidades que puderam aproveitar para ascender profissionalmente.

A educação familiar que receberam enfatizou a carreira e a ascensão profissional como valor maior. O “modelo” patriarcal burguês que valoriza sobremaneira o casamento e a maternidade não teve relevância nas suas escolhas.

As informações de que disponho me permitiram inferir que o contexto familiar em que foram educadas é semelhante. Seus pais foram agricultores que se mudaram para a capital com o intuito de proporcionar uma educação de maior qualidade aos filhos, uma vez que, no ambiente rural em que viviam, as crianças podiam freqüentar apenas as limitadas escolas rurais existentes à época.

Em ambos os casos, os pais resistiram à pressão social, almejavam para as filhas ascensão em suas carreiras, e nunca viram como um problema o fato de não terem se casado e lhes dado netos, o que as poupou de terem que lidar com pressões, estresse e conflitos de ordem familiar.

Um valor existente consolidado nas famílias de ambas é a fé cristã que declaram explicitamente e à qual atribuem referência positiva, como formadora e contributiva de seus valores éticos e morais. A sólida estrutura familiar e a convivência de harmonia, diálogo e confiança com seus pais e irmãos também são citadas como importantes para sua segurança e equilíbrio afetivo e emocional. Outra característica semelhante entre elas é o fato de gostarem de desafios. Conforme declararam, estes funcionam como elementos que as instigam, mobilizam e motivam.

A educação formal é apontada como um valor e um meio de ascensão social, econômica e cultural. A liberdade de escolha também é ressaltada como positiva nos relacionamentos com seus genitores. Ambas foram instadas e apoiadas a se qualificarem, e declararam que a busca de qualificação e de aprimoramento sempre foi prioritária em suas vidas e um dos principais motivos pelos quais não constituíram laços de conjugalidade e maternidade.

Seus pais surgem neste contexto como mediadores e propiciadores das condições para o alcance de seus objetivos. A palavra prioridade aparece com

freqüência na fala de ambas, de maneira específica quando abordamos os assuntos da conjugalidade e maternidade.

Durante as entrevistas, suscitei questões que me pareceram relevantes à abordagem da ascensão profissional feminina. Assim, constatei muitas semelhanças nas falas das entrevistadas. Sobre o exercício do poder e um suposto estresse gerado pelo fato de estarem em posição de comando, ambas declararam que lidaram bem com os desafios do cargo e a estes não atribuíam maior significado; que não sofreram discriminação pelo fato de serem mulheres e que foram tratadas com respeito enquanto reitoras. Semelhantemente, afirmaram enxergar os conflitos entre governo, comunidade, servidores e docentes como próprios do cargo e de interesses e ideologias diferenciadas e, por vezes, conflitantes.

Indagadas sobre a inexpressiva participação feminina nos processos sociopolíticos e no espaço público, mais especificamente em cargos de poder decisório, afirmaram considerar que são valores que estão em jogo, e não atributos tais como inteligência, capacidade técnica ou administrativa. Creditaram à disponibilidade para aproveitar as oportunidades que surgiram o fator determinante nas suas ascensões profissionais.

Sobre a lida com o estresse, as frustrações, os conflitos e inseguranças inerentes ao cargo, não reconheceram dificuldades que mereçam ser pontuadas. Relataram que não se sentiram particularmente afetadas em suas emoções, saúde física, psiquê. Também não destacaram pressão externa de nenhuma ordem, companheiros, familiares e/ou amigos pelo tempo e dedicação que o cargo exigia. Afirmaram não terem vivenciado a experiência de se sentirem divididas e terem que administrar conflitos íntimos e/ou externos.

Sobre o fato de serem mulheres, disseram que tiveram aceitação das comunidades externa e interna e que não sofreram discriminação. Afirmaram não reconhecer um suposto poder simbólico masculino presente na instituição e avaliam de maneira positiva suas gestões. Destacaram grande satisfação pelo fato de terem ocupado o cargo de reitoras e consideraram que obtiveram conquistas importantes para a Universidade Federal de Goiás.

Ao refletir sobre as entrevistas realizadas e os dados por elas produzidos, permito-me levantar algumas questões. O que os diálogos me revelaram e o que me ocultaram? Quando ocorre um diálogo ou conversa, frequentemente somos levados a acreditar que há um entendimento prévio entre entrevistador e entrevistado, de que este estará aberto às questões levantadas pelo entrevistador.

Existem diversos tipos de encontros no campo. A maneira como se reage a esses depende do significado que se atribui ao encontro, da natureza da compreensão, do sentido da linguagem. Está presente um sujeito que quer ser conhecido, não de qualquer modo, mas do seu modo, o que pode ser acolhido ou negado pelo entrevistador. Este se apresenta como outro interlocutor que se põe entre o sujeito que quer ser conhecido e o que quer conhecer.

A pesquisa é produto do trabalho humano, portanto, artificial e marcado de intencionalidades. A voz do pesquisador tem o poder de mostrar ou esconder; porém o trabalho de descrever e interpretar está sujeito às contestações, desconstruções ou revisões por parte do entrevistado. O encontro no campo expõe questões tais como a maneira como o antropólogo lidará com as pessoas com as quais trabalhou, e também com o discurso proferido.

Assim, tomando emprestadas as concepções interacionistas de linguagem de Bakhtin (1995, p. 113), que postula que parte de uma palavra na linguagem pertence à outra pessoa, e a defesa de Crapanzano (1991, p. 62), que afirma que “os participantes do diálogo devem estar sempre conscientes de que eles serão sempre um pouco nossa criação, assim como nós somos a deles”, é que se pode inferir que, embora o entrevistado pareça ter concordado com a entrevista e as convenções pré-estabelecidas, é um equívoco imaginar que ele as aceita e compreenda como o antropólogo as compreende.

Um discurso materializado num texto é sempre o discurso de vários outros. Não há discurso puro, autêntico, neutro, singular; mas é o discurso uma reposição de outras vozes, dizeres. Um texto etnográfico não é tão somente um texto dos “outros”, mas sobre quem o escreve também.

Os dados do campo produzem uma leitura de quem o lê, ou seja, o que ele revela do “outro” acaba por revelar do “eu”, meus interesses, meus conhecimentos,

minhas opções, minhas impressões, minha subjetividade. Nem tudo o que foi dito interessa a mim olhar e nem tudo que eu olho foi “disposto para ser olhado”.

Nas reflexões que realizei anteriormente ao campo, pretendia encontrar um espaço no diálogo que me permitisse discutir questões relativas ao universo feminino no que se refere à ascensão profissional feminina, sua presença e/ ou ausência em cargos de mais alta hierarquia na Universidade Federal de Goiás.

Quando me propus a entrevistar as ex-reitoras e realizar as leituras iniciais sobre o trabalho e a ascensão profissional feminina, alguns temas correlatos surgiram, tais como os valores do patriarcado, a conjugalidade, a maternidade, a discriminação de gênero, o poder simbólico masculino.

Esta discussão realizada no capítulo 1 foi em razão de estarem presentes na literatura consultada, daí a pertinência de abordá-las, mesmo que de maneira breve. Entretanto, tais fatores não tiveram significado ou importância para as ex-reitoras. Elas não podem fazer certas afirmações, porque não tiveram experiência relativa a alguns dos temas que podem funcionar como impeditivos e/ou dificultadores da ascensão profissional feminina.

Sendo assim, o que havia para ser olhado? Que significado atribuí ao que não está para ser olhado? Estaria eu enquanto pesquisadora a olhar o que deveria ser ignorado? Que reflexões suas trajetórias suscitaram em mim? Que discussões são estabelecidas sobre a presença feminina no espaço público, nas organizações? O que dizem as teorias a esse respeito?

3.3 “Lógica Masculina” e Espaço Público

A relatividade e variabilidade de categorias homem e mulher nas culturas e tempos apontam para a realidade de que o ser humano é produto histórico-cultural. A histórica exclusão feminina do mundo público favoreceu a posição masculina no discurso, o que permitiu que o gênero masculino monopolizasse oportunidades e construísse uma “lógica masculina”, que elaborou regras e leis sexuais que refletem

uma ausência de neutralidade, e que explicita, legítima, constrói relações sociais de política e de poder nas organizações.

O contexto organizacional, o discurso do “mundo do trabalho, das organizações”, encontra-se ancorado nesta “lógica masculina”. Com o advento do capitalismo, há o predomínio da economia sobre as outras áreas, e esta “lógica masculina” divulga a idéia de que o trabalho remunerado é o mais gratificante e maior valor a ser cultivado pelo ser humano.

Tal “lógica” enaltece e valoriza a vida de solteiro; elege e projeta socialmente e ideologicamente a liderança, a independência, a realização, o sucesso, a ascensão social, como metas a serem alcançadas pelos profissionais. Assim, as organizações se encontram inseridas em um contexto econômico e político regido pela valorização da “racionalidade” que regula socialmente, burocratiza e normatiza comportamentos.

Os discursos ideológicos que organizam as práticas sociais defendem, mesmo que sutilmente, a primazia do masculino sobre o feminino, posto que foram concebidos no bojo de uma “lógica masculina”. Estes discursos são sustentados pela sociedade através de práticas cotidianas na interação social, nas chancelas ou censuras de comportamentos. Subjetividades são moldadas e identidades parcialmente construídas em contextos que enfatizam a socialização diferente entre homens e mulheres.

Profissões são “classificadas”, lugares são apontados, postos de trabalho “distribuídos”, com ênfase em trajetória sexuada e interdependência de mulheres, que denotam interesses de gênero sempre lembrados e em processo de construção. Discursos, valores, costumes e códigos são utilizados como instrumentos para modelar, nortear, construir e reconstruir subjetividades e identidades ancorados em pressupostos de que existe uma superioridade do masculino sobre o feminino.

A própria linguagem é uma importante forma material da ideologia. A prática repetida de nomear a diferença sexual cria aparência de uma divisão “natural”. Tal prática produz efeito de “realidade” que acaba sendo percebida como “fato”. Assim, a linguagem constitui-se um sistema significativo que constitui as pessoas como sujeitos sociais e as coloca em posições-sujeito segundo o contexto histórico-ideológico dos indivíduos que a produzem e a interpretam (PÉCHEUX, 1997).

Um bom exemplo de como esta “lógica masculina” opera é a maneira como objetiva formatar o vestuário, a conduta, e até o gestual feminino através de práticas adaptativas, corretivas ou prescritivas, presentes nos espaços das organizações em treinamentos e manuais. Toda uma “didática” de como a mulher deve se apresentar está presente no “ideal” da “lógica masculina”.

Segundo Puppim (2001, p. 178), o vestuário, compreendido como um elemento que comunica uma identidade individual diferenciada pretende “desidentificar” a mulher no contexto organizacional, de maneira que ela não possa ser “rotulada” pelos tomadores de decisões. Tudo que possa simbolizar ou construir uma aparência diferenciada deve ser removido. A preocupação com o vestuário feminino no espaço organizacional denota o objetivo de “ocultar”, de maneira deliberada, qualquer suposta insinuação ou projeção de “uma imagem erótica” ou “dotes indesejáveis” que possam “comprometer” o reconhecimento da competência feminina.

A formação de algumas prescrições idealizadas nas tentativas de homogeneização existente nas organizações entre feminino e masculino preconiza uma androginia, uma tentativa de diluir as especificidades dos gêneros, que busca neutralizar a feminilidade ou imitar o masculino. Esta primazia da “lógica masculina” está presente na construção de um pensamento ideológico e político que normatiza comportamentos e permeia as organizações.

A este respeito, Bourdieu (1995) enfatiza que o controle do corpo feminino ocorre quando se regulam atitudes corporais e se normatizam vestimentas. A “lógica masculina” que regula o mundo do trabalho e o espaço público postula que a profissional deva comunicar uma imagem “conveniente e sóbria”. Esta imagem aparece imbricada nas prescrições morais que objetivam aproximar em sua função o vestuário feminino do masculino.

As diferenças de gênero foram diagnosticadas pelos essencialistas a partir da diferenciação inata de corpos, e pelos construtivistas como construtos sociais. Entretanto, discernir que estas categorias são construídas por discursos científicos sexuais e práticas sociais não pode impedir que se reconheçam e se confrontem as dominações de gênero. Muitas mulheres temem que, ao reconhecer diferenciação em

termos de atributos femininos, desigualdades sejam reforçadas, e estas se constituam em desculpas para criar obstáculos à sua ascensão profissional.

Assim, de modo pragmático, motivadas por interesses políticos, ideológicos e financeiros, se esforçam por apagar essas diferenças com o objetivo de alcançar aceitação organizacional. Ao fazê-lo, tentam imitar os homens, o que acaba por reforçar modelos estereotipados, favorece ambiguidades e a fragmentação do indivíduo.

O fato de que se admite e/ou se adere a um pensamento que propõe apagar ou negar a feminilidade é a explicitação da apropriação discursiva desta “lógica masculina” que norteia as organizações.

Isto posto, nas organizações ocorre uma oscilação pendular entre uma visão pseudo-feminina ou um padrão masculino “pretensamente neutro”, dado que as mulheres, seus ideais, e até seus próprios corpos são interpretados e reinterpretados segundo uma lógica masculina.

Sendo assim, ocorre, então, uma falsa impressão de que há um discurso concebido por mulheres, quando, na verdade, o ponto de vista masculino foi sancionado, assimilado e absorvido pelas mulheres no mercado de trabalho, consciente ou inconscientemente. O que ocorre no espaço social é a reprodução e perpetuação dessa primazia da “lógica masculina”, conforme postula Fernández:

Hasta ahora, la incorporación de las mujeres a la actividad pública há exigido de las mismas una masculinización de sus comportamientos para que puedan adaptarse, sin mesma de sus posibilidades, a las exigências o requerimientos que se plantean en el âmbito formativo, laboral, professional, empresarial, social, político, cultural. Y este proceso há tenido unas consecuencias inmediatas, [...]. Pero, sobretudo, há representado para la mujer el que abdique de su propia condición para comportarse como varón. (FERNÁNDEZ, 2006, p. 143).

O “ideal” estabelecido com o advento do movimento feminista em sua primeira fase, que assimilou o ponto de vista masculino no que se refere à reificação do trabalho, ao poder de compra e o elogio a vida de solteiro, não constitui e nem

representa o feminino, posto que historicamente já fora dito que a renúncia feminina é um valor a ser cultivado.

Permaneceu o ônus da penalidade velada da renúncia feminina à vida plena ou, na melhor das hipóteses, uma tentativa de imitar o masculino, ou um sujeito andrógino, ou a imagem híbrida *cyborg* sugerida por Donna Haraway (1994) em Puppín (2001: p.178), que defende que esta hibridização é uma “reinvenção cultural” do século. O ser humano é, assim, metade máquina e metade organismo, um mito “político-irônico”, uma vez que *cyborgs* podem representar qualquer gênero ou identidade étnica.

O que importa ressaltar é que está presente um ponto de vista concebido por homens. A figura da mulher maternal que surgiu no século XIX, idealizada e colocada em um pedestal, cujo impulso sexual foi substituído pelo instinto maternal, foi “idealizada”, “concebida” no bojo de um discurso esboçado pelo masculino, ancorado em pressupostos masculinos, que divulgava a falsa noção de que a mulher é emotiva, recatada, e só pode realizar-se através do casamento e da concepção.

Posteriormente, este discurso foi substituído por um novo tipo de repressão presente na cultura ocidental que é a desvalorização de laços afetivos e/ou conjugais, das funções maternas e a supervalorização do econômico e intelectual.

Assim, a figura feminina idealizada pelo sistema patriarcal burguês, que impunha regras e estreitos limites à mulher, restringindo sua participação à vida pública supervalorizando os “papéis” de esposa e mãe, descrita por Freyre (1998) e Damatta (1997), é substituída por uma nova idealização, alicerçada em construtos histórico-culturais masculinos, que determina e reafirma a superioridade do masculino sobre o feminino. Como afirma Bardwick (1981, p.10):

[...] todos os membros de uma cultura sexista, tanto mulheres como homens agem sobre o pressuposto, consciente ou não, de que tudo que é “masculino” é intrinsecamente melhor que o “feminino”. [...] Mesmo sem dizê-lo, a maioria das feministas aceitou o padrão masculino de vida correta quanto ao sexo, trabalho, casamento e paternidade. A finalidade mais evidente do feminismo é a aquisição de status, poder, dinheiro e autonomia, tudo isso historicamente associado ao modelo masculino. Assim, as metas feministas partiram de uma imagem

idealizada da vida do homem, ao mesmo tempo em que de uma aberta rejeição ao que era realmente mulher.

Almeida (1995) aponta a construção da masculinidade, alicerçada e reproduzida em formas ritualizadas na socialização na escola, na família, na divisão do trabalho. As ideias que daí emergem valorizam a vida de solteiro; o sucesso é ligado à imagem de respeitabilidade; o trabalho produtivo e a ascensão social são vistos como sumamente importantes; os bens de consumo são considerados como capital simbólico que explicitam triunfo; a performatividade é valorizada no status social, na aparência, nos atos, gestuais e posturas corporais, todos estes requisitos culturais, concebidos dentro de uma lógica masculina. Neste sentido, pode-se afirmar que a mulher absorveu um ponto de vista masculino no que se refere à sua ascensão profissional.

Assim, emerge um “novo modelo”. Daquele que supervalorizava a conjugalidade e a maternidade para aquele que supervaloriza o trabalho remunerado e a vida de solteiro. Porém ambos se auto-excluem de maneira fragmentada e redutora, supervalorizam apenas uma esfera da vida e implicam sempre na renúncia feminina.

A primazia masculina no discurso permaneceu, fazendo-se presente na “racionalização” abstrata que se expressa na forma de um pensamento redutor, que revela a incapacidade de compreender a complexidade da mulher enquanto ser humano. Esta não vivencia todas as suas potencialidades, uma vez que este novo “modelo” foi forjado no bojo de uma “racionalidade masculina” que, embora tenha alcançado muitas conquistas científicas e tecnológicas, produziu e atrofiou a capacidade de reflexão e a compreensão do humano.

Esta suposta “racionalidade” reifica o trabalho, se explicita nas formas de um pensamento que supervaloriza o saber técnico, a autonomia e a vida compartimentada; é fragmentada, reducionista, desumaniza as relações, atende à lógica do capital, é mecanicista, fragmenta o indivíduo, transforma-o em mercadoria e expectador de sua própria vida, e aponta para a perda da compreensão de totalidade do ser humano.

Segundo Pêcheux (1997, p. 311), o sujeito se acredita criador e produtor absoluto do seu discurso, tem a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz, quando na verdade apenas sujeitou-se ao que já fora dito.

Assim, embora os discursos sejam antagônicos, ambos dizem o mesmo, ou seja, ser mulher exige renunciar a algo, ou se vive uma ou outra esfera da vida. A supervalorização de uma esfera da vida exige que se suprimam outras esferas; o mundo deve ser reduzido, resumido, estreito por assim dizer, e a renúncia feminina é um “destino inescapável e imutável”.

Neste sentido, ocorreu uma “mudança ilusória” de discurso, mas não uma mudança de posição no discurso, dado que este é forjado, esboçado dentro de estreitos limites socioculturais impostos por uma sociedade sexista, que valida o discurso masculino de modo dissimulado, em um sistema de poder com o propósito de justificar a dominação masculina e garantir aos homens acesso privilegiado aos bens sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ex-reitoras viveram em um contexto organizacional “privilegiado”, que resguarda e coíbe comportamentos sexistas e refratários contra mulheres através de planos de carreira. Não constituíram laços de conjugalidade e maternidade, razão pela qual não enfrentaram dificuldades decorrentes destas, e afirmaram que seus pais sempre as incentivaram na busca da ascensão profissional, o que comprova que não tiveram que lidar com pressões de ordem familiar e nem de ordem afetiva.

O trabalho remunerado, para elas, é um valor maior. Declararam que o trabalho é “redentivo”, “o mundo se resumia ao trabalho”, ou “o mundo esteve reduzido ao trabalho”. A família, namorados, amigos, o descanso, o lazer, o prazer sempre foram secundarizados apenas em favor desta esfera da vida, e tudo que pudesse significar dificuldade para sua ascensão profissional fora suprimido ou removido, seja por escolha ou circunstâncias voluntárias e/ou involuntárias. A esfera laboral se impôs sobre todas as outras, estas relegadas a um segundo plano, como ambas declararam mais de uma vez, conforme consta em suas narrativas.

A este respeito, a teoria afirma que no Ocidente o mundo não é concebido como uma unidade que não se dissocia. Ao contrário, o mundo e os indivíduos são percebidos como fragmentados, e as diferentes dimensões da vida dissociadas umas das outras, reduzidas, e algumas esferas imperam e se impõem sobre outras (SAHLINS, 2003).

Pode-se afirmar que, embora as ex-reitoras se declarem cristãs, recusaram parte dos ensinamentos propostos pela tradição cristã. Tais ensinamentos assumem caráter de sagrado, perpetuam e reforçam um ideal de mulher que deve se contentar com a maternidade e a conjugalidade, e a ela apontam uma posição inescapável de subordinação. Assim, se infere que ambas questionaram e recusaram valores e princípios burgueses e cristãos tais como a alocação feminina exclusiva no domínio privado, bem como a sacralização da maternidade e de laços de conjugalidade.

À época, esta foi uma maneira diferenciada, singular, inovadora e alternativa que encontraram de estar no mundo. Não se curvaram aos dogmas religiosos, embora

sejam cristãs e não tenham renunciado à fé cristã, e nem se submeteram às pressões sociais advindas de ideais burgueses.

Contudo, não posso absolutizar ou fazer afirmações generalizadas e/ou categóricas sobre a ascensão profissional feminina, pois esta depende de realidades diferenciadas tais como a própria subjetividade da mulher, seus valores, e elementos impeditivos, facilitadores e/ou dificultadores presentes no seu cotidiano.

Ressalvo também a importância de atentar para o contexto organizacional no que se refere à lida com a discriminação, práticas refratárias contra a presença feminina em cargos de alta hierarquia, como também os contextos históricos, sociais e culturais em que a mulher está inserida. Não foram ouvidas outras mulheres que tenham tido circunstâncias diferentes destas e que trabalham na iniciativa privada, onde não estão resguardadas por planos de carreira e políticas que coíbem a discriminação, o sexismo e o clientelismo.

Também não foram ouvidas mulheres casadas, mães com responsabilidades que não exclusivamente às que se referem ao trabalho remunerado, posto que esta é a realidade que se apresenta na Universidade Federal de Goiás. Apenas as Professoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira ocuparam o cargo de reitoras. Sendo assim, não foi possível discutir alguns problemas reconhecidos e apontados pela literatura como dificultadores da ascensão profissional feminina.

Entretanto, uma dúvida pertinente permanece sem resposta à pesquisadora. Se esta pesquisa tivesse se detido sobre a trajetória de homens, encontraria a supervalorização laboral, com total supressão ou secundarização de afetividades e descanso? E por afetividades, quero dizer companheiras, filhos, família, amigos. Homens, e aqui falo de modo generalizado, teriam renunciado a vivenciar de modo mais pleno suas potencialidades?

A realização e a ascensão profissional masculina é um valor para a sociedade (ALMEIDA, 1995), o que demonstra que a cobrança e a pressão social sobre o homem é maior do que sobre a mulher para ocupar cargos que expressem prestígio e poder de decisão.

Assim, enfaticamente pressionados à ascensão profissional, e mesmo que se dediquem à qualificação, façam grande esforço intelectual, demandem dedicação de

tempo e atinjam tal objetivo, qual seja o de ocupar altos cargos, por que não renunciam aos laços afetivos, à paternidade, aos amigos, ao descanso e ao lazer?

Isto posto, de que maneira, então, deve-se repensar ou ressignificar a organização social no que tange às relações sociais, familiares e afetivas? Como homens e mulheres vivenciarão suas potencialidades, intelectualidade, e afetividade? Por que a supervalorização de uma esfera da existência deve suprimir outras esferas e fragmentar a vida humana? São questões pertinentes e que demandam reflexão.

O estudo feito para esta pesquisa revela que o gênero pode trazer restrição ou exclusão à vida dos indivíduos, organiza os fatos sociais e as formas institucionais humanas, e legitima a emergência de carreiras profissionais. Sua importância se expressa na violência simbólica presente na divisão do tempo, e na atribuição de papéis e lugares que apontam para a primazia masculina (ROSALDO, 1995; SCOTT, 1995; BOURDIEU, 1995, PUPPIN, 2001).

Os construtos históricos, culturais e sociais que promovem e legitimam a supremacia masculina são facilmente identificáveis no que se refere ao estabelecimento de vínculos sociais, à influência pública, falar em público, determinar inimizades, e ao direito ou privilégio masculino de utilizar o uso da força ou renunciar a ela (ROSALDO, 1995).

Tais instrumentos ideológicos são utilizados em um sistema de significados e símbolos sociais e culturais presentes em discursos saturados de sexualidade, que constroem e coisificam mulheres e, assim, sancionam comportamentos e práticas da reprodução de categorias de gênero (ALMEIDA, 1995).

A utilização do gênero para articular regras de relações sociais se explicita através da promoção e disseminação de uma crença na suposta superioridade masculina. Tal crença é utilizada para prescrever normas adaptativas às mulheres e perpetuar o domínio do masculino sobre o feminino (SCOTT, 1995; BOURDIEU, 1995; FERNANDEZ, 2006; PUPPIN, 2001). Assim, homens e mulheres têm suas identidades construídas, forjadas, criadas em contextos sociais e culturais de formações simbólicas e discursivas nada “inocentes ou neutras” (SILVA, 2000, p. 86).

As práticas e ensinamentos que divulgam intencionalmente a primazia do masculino sobre o feminino em todas as esferas da vida são chanceladas e legitimadas em um

mundo desigual constituído de amplas relações de poder, porque a masculinidade precisa ser todo o tempo construída, confirmada e reafirmada (ALMEIDA, 1995).

Pode-se afirmar que a violência simbólica que aponta para a superioridade masculina se explicita na ideologia masculinizada carregada de sexualidade, baseada em um princípio de negatividade a tudo que se refere à mulher e ao feminino. O âmago deste princípio é a exclusão, a separação, a interdição, a segregação, o estabelecimento de estreitos limites, a demarcação de espaços. Tal negatividade permeia as organizações, o mundo político, social, econômico, familiar, eclesiástico, escolar, e laboral enfim; organiza e legitima práticas sociais, constrói relações, formata subjetividades e constrói identidades.

Enunciados e afirmações sobre identidades revelam objetivos de ter acesso privilegiado aos bens sociais, de modo que identidades e diferenças são marcadas em um contexto de amplas relações de poder que legitimam a supremacia masculina.

Mesmo afirmações que baseiam a inferiorização de mulheres em supostos essencialistas não são menos culturais, não são “erros científicos”, conforme Silva (2000, p. 86), mas estão marcadas de intencionalidades, e assim contribuem para construção de pensamentos e comportamentos redutores, segregadores e sexistas internalizados por homens e mulheres.

Os discursos são construídos e sustentados pela sociedade, alicerçados em um princípio de negatividade a tudo que se refere ao feminino. A cognição dos indivíduos e suas próprias ações são realizadas, avaliadas, interpretadas e mediadas por esse princípio de negatividade, que é utilizado como instrumento ideológico que denota interesses de gênero, sempre trazidos à memória com o propósito de preservar a hegemonia masculina não apenas na acumulação do capital.

Regras de relações sociais são articuladas e prescritas em um mundo de amplas relações de poder desiguais, cujas formações culturais, sociais e históricas constroem identidades, formatam subjetividades e visões de mundo, sempre ancorados sobre o pressuposto da superioridade masculina. Assim, homens e mulheres internalizam tal pressuposto como “verdade”, suas próprias cognições e estados mentais são programados para operar sob essa violência simbólica, que objetiva perpetuar o domínio do masculino sobre o feminino.

A teoria afirma a realidade da legitimação da supremacia masculina na sociedade humana e constata que as oportunidades de um indivíduo dependem parcialmente do seu pertencimento social e comunitário. Contudo, os estudos antropológicos constatam que, embora o ser humano, seja ele homem ou mulher, esteja preso às “múltiplas determinações e representações do sistema social em que está inserido”, ele é capaz de reagir a tais determinações e inovar.

O ser humano não é “nem exclusivamente cerebral”, “nem exclusivamente sentimental”, mas de “carne e osso”, “portador de idéias”, “sentimentos” e “valores”. Sua complexidade e diversidade se revela no fato de ser uno e múltiplo, físico, psíquico, social, histórico, ambíguo, contraditório, constituído de ansiedades existenciais, cuja subjetividade é moldada em contextos históricos, sociais e culturais diferenciados (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003, p. 191; ORTNER, 2007).

Sendo assim, esta pesquisa revela que não existe um modo de ser mulher universal, único, hegemônico. Tal como informa a teoria, o que existe são mulheres singulares e múltiplas, uma pluralidade de mulheres que vivem nas diferenças culturais e sociais que as constituem (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1980); mulheres que não se reduzem à sua feminilidade e sexualidade, posto que o Outro sempre será diferente, seja homem ou mulher (YANNOULAS, 1994); mulheres diferentes em sua origem étnica, religiosa, classe social, família, “nem vítimas, nem heroínas puras” (FONSECA, 1999, p. 4); mulheres que não são vítimas passivas de um mundo onde os homens reinam (ROSALDO, 1995).

Dentre um dos eixos que constituem as relações sociais se encontra o gênero. A busca social por uma pretensa unicidade, um modo único de ser homem ou mulher elege um conjunto de atributos e valores, que servem de referência ou de padrão para os indivíduos de como devem viver a vida, se relacionar no mundo, e expressar suas sexualidades. Tal busca cria estereótipos que, por vezes, são tomados como modelos a serem seguidos. As expectativas criadas pelas “lógicas discursivas” em torno dos estereótipos de gênero objetivam uma ordem social.

Sociedades e grupos sociais estabelecem inúmeras e variadas regras sobre os indivíduos, todas elas com propósitos de “normalizar” e normatizar, a fim de moldar

pensamentos e obter comportamentos. Tais concepções excluem a diversidade, a diferença, a espontaneidade, ou a “façanha extraordinária” (ARENDR, 2010, p. 49).

Assim, a padronização de “feminilidades” e “masculinidades” ignora a complexidade humana e contribui para que diferenças sejam vistas como ameaças. Entretanto, diferenças e peculiaridades existentes entre os seres humanos devem ser pensadas, explicitadas e desvendadas, não para serem amordaçadas ou suprimidas, nem para serem utilizadas como desculpas para discriminar, mas para que possam coexistir de modo inteligível e razoável, e assim expressar a inegável diversidade existente na sociedade humana.

Subjetividades, identidades, “feminilidades” e “masculinidades” se diferem. Cada cultura, em determinado período histórico, têm expressões de “masculino” e “feminino” que predominam, o que não significa que tais referências devam ser seguidas, ou que sejam afirmações de “verdades incontestáveis e absolutas”.

As concepções estereotipadas do que é ser “feminino” ou “masculino” e do lugar que estes devem ocupar buscam uma hegemonia, uma unicidade ilusória, que limita o ser humano. Entre grupos sociais e sociedades, existem distintas e múltiplas formas de conceber a “feminilidade” e a “masculinidade”. Tais maneiras, embora distintas, são simultaneamente generalistas e redutoras. Indivíduos são elaborados para a vida social em sistemas de representações, imagens, valores e práticas que criam expectativas de respostas às concepções sociais.

O modo como sociedades e grupos sociais atribuem significado às diferenças entre os gêneros é elaborado e concebido em tempo e espaço distintos. Tradições culturais, visão de mundo, ideologias, valores, não são rubricas hegemônicas, inquestionáveis, mas limitadas e relativas. Assim, a vida humana, experiências vividas e papéis sociais que as pessoas desempenham são, simultaneamente, singulares e múltiplos. Existem elementos intangíveis, fluídos e abstratos que constituem vivências e experiências, e apontam para uma diversidade não apenas cultural, mas entre indivíduos, sejam homens ou mulheres, e o mundo social no qual se movem.

A tentativa de padronização revela a busca por uma “verdade” que não existe e conduz a pensamentos e comportamentos equivocados e limitados. Assim como todas as esferas da vida se imbricam, estão interligadas, eleger um conjunto de atributos e

atribuí-los a este ou àquele gênero aponta para uma visão estreita do que seja o ser humano.

Padrões, modelos, referências, paradigmas, são construtos ideológicos, elaborados social e culturalmente, que repousam seus pressupostos em “unicidades” e “hegemonias” mitológicas e ilusórias. Tomadas como “verdades”, tais unicidades pretendem “explicar” e “prescrever” como homens e mulheres devem ser e viver a vida, numa busca frenética por controle e ordem social. Assim, aqueles que não se “encaixam” em tais modelos se tornam ininteligíveis e, por que não dizer, “ameaçadores”, posto que a unicidade produz conflito entre identidades pessoais e o que a ordem social almeja e determina.

O sentimento generalizado de caos, desordem e ameaça, produzido pela diferença e diversidade, produz estranheza, conflitos e tentativas de se “restabelecer a ordem social”. Discursos normativos e redutores são acionados através de modelos estereotipados e equivocados, que fazem ver a diversidade e as diferenças humanas como “desviantes”, “ininteligíveis” e “anormais”.

No bojo de tal concepção, alguns reagem às prescrições, outros as aceitam parcialmente, outros ainda as incorporam como “verdades absolutas”. Indivíduos elaboram suas realidades pessoais e respondem às expectativas sociais nos limites de suas próprias percepções.

Isto posto, o que importa refletir é que o problema com modelos é que estes são nefastos, redutores e limitam a vida humana. Os pressupostos nos quais as ideologias se ancoram para elaborar e divulgar “verdades”, através de modelos e referências, ignoram a diversidade e as diferenças existentes em toda a sociedade humana, e produzem pensamentos e comportamentos enclausurados, encaixotados, encapsulados.

Assim, a “lógica discursiva” presente em ideais “patriarcalistas”, “masculinistas” e “feministas”, pode inibir homens e mulheres de experimentar e expressar, ainda que não plenamente, porém suficientemente ampliadas, suas diversidades, diferenças, talentos e potencialidades múltiplas.

A respeito das considerações que ora faço gostaria de esclarecer que este não é um trabalho de cunho positivista, científico, que busca uma “verdade”. Tampouco tem a

pretensão de interpretar a consciência das ex-reitoras Maria do Rosário Cassimiro e Milca Severino Pereira.

As ex-reitoras não reconhecem terem sofrido discriminação por serem mulheres e não atribuem importância ao gênero no que se refere às suas próprias realidades e ascensão profissional. Esta pesquisa não pode afirmar que elas se autointitulem ou reconheçam a influência do “feminismo da igualdade” (FONSECA, 1999, p. 3), que aderiu à “racionalidade ou lógica masculina” e que elege o trabalho remunerado como valor maior em suas trajetórias.

Entretanto, elas reconhecem que a supervalorização da esfera laboral, a secundarização das relações familiares, sociais e afetivas, ausência de descanso e do prazer que o próprio trabalho poderia proporcionar, isto é, a maneira como “organizaram a vida” foi imprescindível para a realização de projetos pessoais e a ascensão profissional.

A teoria permite afirmar que suas escolhas, trajetórias, decisões podem ser reflexo de pressupostos nos quais o “feminismo da igualdade”, “acorrentado” à maneira masculina de realizar as coisas, se apoiou ao validar modelos políticos e de negócios (FONSECA, 1999, p. 3).

Tais modelos nortearam a presença feminina no espaço público, “no mundo do trabalho”. Valores como a supervalorização do trabalho remunerado, a aquisição de status e autonomia, a vida de solteiro como facilitador da ascensão profissional permearam trajetórias de mulheres como primeira fase do feminismo.

A teoria feminista questiona a postulação ideológica da alocação exclusiva feminina no domínio privado segundo o ideal da família burguesa, e afirma que o fato de a mulher reproduzir a vida a torna vulnerável; a maternidade é vista como um fardo. Assim, a realização da mulher como indivíduo está na produção e no mercado de trabalho (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1980).

É fato que o “feminismo da igualdade” conquistou novos espaços; porém, posteriormente, o “feminismo da diferença” realizou mudanças mais significativas, profundas e duradouras ao propor outra maneira de ser, viver, e estar no mundo (FONSECA, 1999: 3). Isto se fez questionando a concepção de que existe apenas uma esfera da vida a qual devemos atribuir importância, bem como apenas “uma maneira de

ser, de viver e estar no mundo” (FONSECA, 1999, p. 3) ou ainda, apenas um modo de ser homem ou mulher.

Ainda que a antropologia aponte para a miscelânea de contradições e desencontros presentes na sociedade humana, constata a evidência da manipulação de regras, a co-existência de interesses, valores, pontos de vista e crenças desencontradas que constituem o mundo social, os conflitos provocados por tais contradições não impedem que os indivíduos vivam suas vidas e busquem formas alternativas e satisfatórias de viver. Por causa dessa característica peculiar do ser humano, é que os indivíduos, sejam mulheres ou homens, buscam viver de modo a alcançarem seus ideais de realização.

O ser humano mulher empreende esforços para resistir aos fatores impeditivos de sua realização, seja assumindo suas várias possibilidades de ser (mãe, esposa, profissional), seja renunciando alguma delas em nome do que considera de maior valor. Assim, o que pode realizar uma mulher: A maternidade? A conjugalidade? O trabalho? Tudo isso junto? Apenas um ou outro? Nenhum destes? O que mais estaria posto entre as realizações humanas que se poderiam almejar?

Ainda que as ex-reitoras não tenham tido dificultadores “aparentes” que possam ser nomeados e/ou identificados, ou que elas próprias reconheçam como tais, suas próprias concepções – isto é, que o trabalho remunerado é o valor maior, que a maternidade torna a mulher vulnerável e que laços afetivos são dificultadores para se alcançar a realização individual, obter liberdade, poder e autonomia – funcionaram como restritivos de seu poder realizador. Tais concepções restringem a vida humana ao desconsiderar que as esferas da vida estão imbricadas, são interdependentes, e todas elas representam para o ser humano a possibilidade de experimentar de modo mais amplo suas potencialidades.

Assim, conquanto suas resistências tenham potencializado suas vontades de vencer, estas guardaram em si mesmas uma obscura fragilidade: ao resistirem, na busca de alcançar seus ideais de realização, elas não o fizeram sem se entregarem a uma condição restritiva de seu poder realizador. Presentes nas “escolhas” estiveram não somente os “méritos” como também o “ônus”. O “mais” não lhes foi possível, a

despeito de suas múltiplas possibilidades, por causa das concepções que as ex-reitoras abraçaram.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa, Fim de Século, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

BAKHTIN, Mikhail (Vilochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BARDWICK, Judith M. **Mulher, Sociedade, Transição**. São Paulo, Difel, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRUNNER, José Joaquin. La mujer y lo privado em la comunicacion social. **Primer Seminário Del Grupo de Trabajo de CLACSO** sobre condicion femenina que com el tema “Mujer Y Política em América Latina: viejos y nuevos estilos”. Material de discusion Programa FLACSO- Santiago de Chile n 51, Buenos Aires, 1983.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. In: **Anuário antropológico**, Brasília, UNB, 1991.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FERNÁNDEZ, Rosário Valpuesta. Contrato social entre mujeres y hombres. **Revista Trimestral de Direito Civil**. V. 28. Rio de Janeiro, out/dez, 2006.

FONSECA, Claudia. As múltiplas mulheres brasileiras. **Seminário de 500 anos de Dominação masculina?** Organizado pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Cultura – Museu de arte do Rio Grande do Sul, março/1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Ética, sexualidade e política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C. E HEILBORN, Maria Luiza. **Antropologia e feminismo**. 1980.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero?: a antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; COSTA, Jurandir Freire. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à INTERNET. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 13, nº 28, p. 375-405, jul/dez, 2007.

PÊCHEUX, Michel.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Unicamp, 1997.

PUPPIN, Andréa Brandão. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar**: um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EdUFF, 2001.

ROSALDO, Michele. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos**, v. 1, nº 1, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS corpo, 1993.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Jorge Zahar, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acesso em 7/4/2010.

_____. Entrevista com. **Estudos feministas**. 1998. v. 6, nº 1, p. 31-40. Florianópolis: UFSC.

SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFG, 1., Goiânia:UFG, outubro de 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: PUPPIN, Andréa Brandão. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora de lugar**: um estudo das relações de gênero na empresa. Niterói: EdUFF, 2001.

SOLÉ, Carlota y PARELLA, Sonia . **RES** Nº 4, 2004, p. 67-92. Universidad Autônoma de Barcelona.

SOUZA, Adriana de. **A dominação masculina**: apontamentos a partir de Pierre Bourdieu. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/netmal-in-revista/netmal101/a-dominacao-masculina-apont>. Acesso em 25/3/2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. ¿ Puede Hablar el Subalterno? **Revista Colombiana de Antropologia**, 39, 2003, p. 297-364.

SUAREZ, Mireya. Desconstrução das categorias mulher e negro. Brasília, UNB: 1992, **Série Antropologia**, n. 133.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

VAN VELSEN. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. Iguais mas não idênticos. **Estudos Feministas**. 1994, n 1, p. 7-16. Florianópolis: UFSC.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Terezinha Maria Leite Caldas		
E-mail:	freitastfreitas@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Universidade Federal de Goiás - UFG		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	GÊNERO E DIVERSIDADE: As Reitoras da UFG		
Palavras-chave:	Mulher – Gênero – Diversidade – Trabalho feminino		
Título em outra língua:	GENDER AND DIVERSITY: The Two Female Presidents of UFG		
Palavras-chave em outra língua:	Women – Gender – Diversity – Working Women		
Área de concentração:	Antropologia Social		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	09/06/2011		
Programa de Pós-Graduação:	Antropologia Social da UFG		
Orientador (a):	Gabriel Omar Alvarez		
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO²

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____
Assinatura do (a) autor (a)

² Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

Caldas, Terezinha Maria Leite.

Gênero e diversidade: as reitoras da UFG [manuscrito] /
Terezinha Maria Leite Caldas. - 2011.
92 f.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Omar Alvarez
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Antropologia Social, 2011.

1. Mulher 2. Gênero 3. Diversidade 4. Trabalho feminino